

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

VINICIUS MILANEZ LAGRECA GONÇALVES

**A RELAÇÃO RÚSSIA-OTAN NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE
VLADIMIR PUTIN**

CAMPINAS

2022

VINICIUS MILANEZ LAGRECA GONÇALVES

**A RELAÇÃO RÚSSIA-OTAN NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE
VLADIMIR PUTIN**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas e Relações Internacionais do Centro de Economia e Administração na Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Bárbara Dantas Mendes da Silva

PUC-CAMPINAS

2022

VINICIUS MILANEZ LAGRECA GONÇALVES

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

327
G635r

Gonçalves, Vinícius Milanez Lagreca

A relação Rússia-OTAN na formulação da política externa de Vladimir Putin /
Vinícius Milanez Lagreca Gonçalves. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

61 f.: il.

Orientador: Bárbara Dantas Mendes da Silva.

TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Relações
Internacionais, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica
de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais. 2. Rússia (Federação) - Relações exteriores. 3.
Organização do Tratado do Atlântico Norte. I. Silva, Bárbara Dantas Mendes da. II.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração.
Faculdade de Relações Internacionais. III. Título.

CDD - 22. ed. 327

**A RELAÇÃO RÚSSIA-OTAN NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE
VLADIMIR PUTIN**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas e Relações Internacionais do Centro de Economia e Administração na Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Bárbara Dantas Mendes da Silva

Campinas, 10 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora Bárbara Dantas Mendes da Silva
Orientadora

Professora Dra. Ana Paula Lage de Oliveira
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Deixo meus agradecimentos, primeiramente, aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos difíceis, e celebraram comigo minhas conquistas.

Agradeço as minhas orientadoras, Prof. Ana Paula e Bárbara, por me acompanharem ao longo do desenvolvimento de meu trabalho, atuando de forma proativa em correções, dicas e conselhos.

Agradeço também a meus professores, que estiveram próximos e proporcionaram o conhecimento necessário para chegar nesta etapa de conclusão do curso de Relações Internacionais.

“Each state pursues its own interest's, however defined, in ways it judges best. Force is a means of achieving the external ends of states because there exists no consistent, reliable process of reconciling the conflicts of interest that inevitably arise among similar units in a condition of anarchy. ”

Kenneth N. Waltz

RESUMO

GONÇALVES, Vinicius Milanez Lagreca. **A Relação Rússia-OTAN na Formulação da Política Externa de Vladimir Putin**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Tendo em vista a política externa da Federação Russa nos últimos anos, é possível observar um relacionamento de distanciamento e inimizade com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), especialmente no governo de Vladimir Putin. Neste sentido, o presente trabalho busca analisar a relação entre o país e a organização, desde o ano de 2000, até o ano de 2015, explicitando eventos e marcos relevantes que evidenciam este relacionamento conturbado, e como a influência e expansão da OTAN na região da Eurásia impactou a condução da política externa da Rússia neste período.

Palavras-chave: Política Externa, Rússia, OTAN, Multipolaridade, Geopolítica.

SUMMARY

GONÇALVES, Vinicius Milanez Lagreca. **The Russia-NATO Relationship in Vladimir Putin's Foreign Policy Formulation**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

In view of the foreign policy of the Russian Federation in recent years, it is possible to observe a relationship of estrangement and enmity with the North Atlantic Treaty Organization (NATO), especially in the government of Vladimir Putin. In this sense, this paper seeks to analyze the relationship between the country and the organization, since the year 2000, until the year 2015, explaining relevant events and milestones that highlight this troubled relationship, and how the influence and expansion of NATO in the Eurasian region impacted the conduct of Russia's foreign policy in this period.

Keywords: Foreign Policy, Russia, NATO, Multipolarity, Geopolitics.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CBM - *Confidence Building Measures* (Medidas de Construção de Confiança)

CEI - Comunidade dos Estados Independentes

CFE - *Conventional Armed Forces in Europe* (Tratado das Forças Armadas Convencionais na Europa)

COR – Conselho OTAN-Rússia

CSCE - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

EUA - Estados Unidos da América

ICBM - *Intercontinental Ballistic Missile* (Míssil Balístico Intercontinental)

KGB - *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (Comité de Segurança do Estado)

MAP – *Membership Action Plan* (Plano de Ação para a Adesão)

MBFR – *Mutual and Balanced Force Reduction* (Redução Mútua e Equilibrada de Forças)

OCX – Organização para a Cooperação de Xangai

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

SI – Sistema Internacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Países membros da CEI.

Mapa 2: Mapa da região da Chechênia

Mapa 3: Região da Geórgia, destacando-se as províncias Ossétia do Sul e Abkhazia

Mapa 4: Território geográfico da Criméia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OTAN E A POLÍTICA EXTERNA RUSSA.....	15
1.1. Política Externa, Segurança e sua significância para o Estado Russo.....	15
1.2. A OTAN: dinâmica e impactos internacionais.....	18
2. LEGADO DA URSS NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA E NOVOS DIRECIONAMENTOS (1985-1999)	21
2.1. Gorbachev e a Fragmentação da URSS.....	21
2.2. Contexto pós-Guerra Fria: Governo Yeltsin.....	25
2.3. Primakov e os novos rumos da PEx russa.....	27
3. O INÍCIO DA ERA PUTIN (1999-2015) E A GESTÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA RUSSA.....	32
3.1. A Busca pela Multipolaridade: Ascensão de Vladimir Putin e o Eurasianismo (1999-2006)	32
3.1.1. De primeiro-ministro a presidente: a Segunda Guerra na Chechênia.....	35
3.1.2. O 11 de Setembro e o ensaio da cooperação Rússia-OTAN.....	39
3.1.3. Eurasianismo: o início da deterioração das relações Rússia-OTAN.....	41
3.2. O Irredentismo Russo? Intervenções na Geórgia e Ucrânia (2007-2015)	49
3.2.1. O Governo Medvedev e a Guerra Russo-Georgiana.....	51
3.2.2. Terceiro mandato de Putin e a Crise Ucraniana de 2014.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

INTRODUÇÃO

Na presente monografia, busca-se apresentar a política externa russa entre os anos de 2000 a 2015, ressaltando a relação do país com a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Assim, a questão central de pesquisa que se busca responder é, como a crescente intervenção da OTAN na região da Eurásia influenciou a política externa da Rússia?

A criação da OTAN, se deu no ano de 1949, por meio do Tratado de Washington, e tinha três objetivos principais: dissuadir o expansionismo soviético, proibir o renascimento do militarismo nacionalista na Europa (por meio de uma forte presença norte-americana no continente) e encorajar a integração política europeia. Neste sentido, observa-se que a Organização, desde o princípio, tomou os soviéticos como inimigos. Essa postura desencadeou um processo de inimizade que culminou no período da Guerra Fria, mas que ainda pode ser observado atualmente.

Desta maneira, o presente trabalho parte dessa rivalidade originada no período da Guerra Fria e tem como objetivo explicar como a OTAN (e a sua maneira de se relacionar com os russos) influenciou a postura e a visão de mundo do atual presidente russo, Vladimir Putin, no cargo desde o ano 2000, analisando historicamente a relação entre esta organização e a Federação Russa. Além disso, analisa-se também, o funcionamento da OTAN e os indícios de inimizade herdados do período pós-Guerra Fria. Posteriormente, explora-se as recentes intervenções realizadas pelo governo russo nas regiões da Geórgia e Ucrânia e as possíveis motivações que levaram a estes episódios. Por fim, estuda-se os impactos causados pelo avanço da OTAN em territórios estratégicos russos nos últimos 15 anos e como ele afetou as diretrizes das relações exteriores do país.

Sendo assim, trabalha-se com a hipótese de que as ações intervencionistas por parte do governo russo na região da Geórgia e Ucrânia, nos anos de 2008 e 2014, respectivamente, foram realizadas visando garantir a segurança do Estado. Portanto, a alteração da postura do presidente Putin quanto à OTAN e ao Ocidente ao longo de seu governo ocorreu em resposta à constante expansão da aliança militar em territórios estratégicos russos.

A segunda hipótese é a de que a desconfiança mútua criada entre países ocidentais e a Federação Russa, no pós-Guerra Fria, pavimentou o caminho para uma relação de rivalidade entre Rússia e OTAN. Esta hipótese, parte da incompatibilidade de políticas ocidentais que se tentou instaurar na Rússia desde o governo de Mikhail Gorbachev e nas diversas tentativas de parceria entre o país e a Organização em questão.

Para a confecção deste trabalho, opta-se pela divisão entre três períodos históricos distintos, que ressalta de forma clara as relações político-militares entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Federação Russa. No primeiro capítulo, busca-se explorar alguns conceitos relevantes para o trabalho. Primeiramente, o conceito da política externa e segurança para a Federação Russa no pós-Guerra Fria, seguido pela apresentação à OTAN, e o seu funcionamento no período de estudo.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar os governos que antecederam o de Vladimir Putin, apresentando rupturas e continuidades, assim como o legado histórico deixado pela URSS na política externa russa, e como ela influenciou as relações do país com a OTAN, no período pós-Guerra Fria. O primeiro governo estudado é o de Mikhail Gorbachev, que atuou como líder da URSS entre os anos de 1985 a 1991, e foi um dos principais responsáveis pelo fim da União ao final de seu mandato.

Posteriormente, busca-se explicitar o governo de Boris Yeltsin, que assume o cargo de primeiro presidente da Federação Russa após a renúncia de Gorbachev e o fim do bloco soviético. Este, tem como objetivo apresentar a forma como conduziu o governo, juntamente ao seu Primeiro Ministro Andrey Kozyrev, que atuou no cargo de 1990 a 1996. Por fim, apresenta-se a entrada de Yevgeny Primakov no lugar de Kozyrev como ministro responsável pelas relações exteriores da Rússia, com foco na alteração do posicionamento externo do país, e como a visão de mundo deste influenciou o pensamento do futuro presidente, Vladimir Putin.

Ao longo do terceiro capítulo aborda-se a ascensão de Vladimir Putin como presidente da Federação Russa, ressaltando os principais aspectos que o levaram ao governo, assim como seu comportamento no cargo e a instauração de importantes políticas no cenário doméstico e internacional. Nesse sentido, por exemplo, destaca-se a atuação do país no Cáucaso - ressaltando os conflitos na região da Chechênia - e os impactos gerados na política externa russa, o dilema entre aproximar-se da OTAN e da União Europeia ou seguir para um rumo mais pragmático e a tentativa do país de cooperação com o Ocidente, especialmente a partir dos eventos do 11 de setembro de 2001. Posteriormente, foi observado o início da deterioração destas relações, especialmente a partir da reeleição de Putin, em 2004, ressaltando-se a adoção de medidas que remetem ao Eurasianismo, o conceito da multipolaridade para a Federação Russa, e a atuação de ONGs e instituições ocidentais nas Revoluções Coloridas. Por fim, foi explorada a instauração da democracia soberana, a aproximação com a Ásia, e a influência da OCDE nas eleições da Rússia, no ano de 2008.

Ainda no capítulo três, explorou-se o início da postura intervencionista e revisionista do país, em resposta ao expansionismo da OTAN na esfera de influência russa, cujo ponto de

inflexão é a conferência de Munique de 2007. O discurso de Putin naquela ocasião foi considerado o marco da retomada de uma intensa rivalidade OTAN-Rússia, especialmente pelo fato de que Putin acusa a aliança militar e os Estados Unidos de causarem uma corrida armamentista, criando instabilidades no Oeste Asiático. Adiciona-se a isso o período de 2008 a 2021, no qual Putin ocupou o cargo de primeiro-ministro russo, momento em que ocorreu uma das duas principais ações revisionistas do país: a Guerra Russo-Georgiana, de 2008, a outra foi a Anexação da Criméia, em 2014. Assim, esse capítulo foi concluído apresentando aspectos que levaram a estes conflitos, buscando a compreensão de como podem ser considerados como ações defensivas por parte do governo russo.

Para a confecção do seguinte trabalho, utiliza-se livros que tratam da política externa russa e de teóricos de Relações Internacionais, assim como artigos de periódicos do campo e de áreas correlatas, como ciência política e história. Utilizou-se também, na medida do possível, documentos oficiais da Federação Russa, da OTAN e de outras organizações internacionais, assim como discursos oficiais realizados pelo presidente Vladimir Putin e notícias que evidenciam ações tomadas pelo governo russo, bem como os impactos no Sistema Internacional.

Com o intuito de chegar a uma conclusão suficiente, emprega-se o uso do método qualitativo, analítico e histórico, para tratar da relação entre a Rússia e o Ocidente, desde o final da Guerra Fria, em 1991, expondo conflitos e outros marcos relevantes ao longo do texto. A contribuição deste trabalho se dá devido à pouca produção acadêmica desse assunto no Brasil. Por isso, a partir de uma análise histórica da política externa russa, pode-se detectar padrões de ruptura e continuidade com o passado imperial e soviético do país, além de indicar tendências para o comportamento do país nos próximos anos.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OTAN E A POLÍTICA EXTERNA RUSSA

No seguinte capítulo, apresenta-se o conceito de Política Externa e Segurança, aplicáveis para a forma de governo e atuação da Federação Russa no Sistema Internacional, assim como a OTAN, e a sua dinâmica de funcionamento do período de estudo, com o objetivo de contextualizar as ações tomadas pelo governo russo ao longo dos anos e o seu posicionamento no final da Guerra Fria.

Objetiva-se também, apresentar como a OTAN atua na região da Eurásia ao fim da Guerra Fria, para poder fornecer um panorama do relacionamento Rússia-OTAN, e o motivo da inimizade entre o país e a organização nos governos futuros, especialmente no de Vladimir Putin, a partir do ano de 2000.

1.1. Política Externa, Segurança e sua significância para o Estado Russo

Para entendermos o conceito de Política Externa (PEX), é importante ressaltar que o seu estudo nas Relações Internacionais requer investigações inter e/ou multidisciplinares, visto que, pode ser entendida por diferentes pesquisas das ciências sociais, e analisadas por diferentes abordagens (TAYFUR, 1994). Contudo, ainda de acordo com, a Política Externa, em linhas gerais, pode ser definida como “o comportamento dos Estados, majoritariamente em relação a outros Estados no Sistema Internacional (SI), a partir de agentes autorizados (TAYFUR, 1994, p. 113).

A maior parte das abordagens voltadas à definição da PEX atribuem ao Estado, a função de principal ator nas Relações Internacionais. Uma outra definição mais generalizada do conceito, foi fornecida por Russet e Starr (1985), citado por Tayfur (1994) em que:

People do not agree on exactly what should be included here, but they are concerned with the policies that states declare, the decisions taken within governmental circles, the actions actually taken by governments, and consequences of the behaviour of governments and their official representatives. Foreign policy is the output of the state into the global system” (RUSSET; STARR, 1985, p. 191 apud TAYFUR, 1994, p. 117).

Em correntes realistas nas Relações Internacionais, a PEX é baseada em termos de políticas de poder, visto que, na visão destas, o SI é anárquico. Em outras palavras, os Estados reconhecem que na anarquia, não existe nenhuma autoridade superior que previne o uso da violência – ou a sua ameaça de seu uso - por outros Estados. Este pressuposto, segundo Grieco (1990), é de fato a base do realismo, quando se trata de política internacional.

Pode-se dizer assim, que devido à ausência de uma autoridade central que poderia proteger os Estados de potenciais ataques, existe uma tendência inerente a estes Estados de

focarem acima de tudo, em sua segurança e sobrevivência, principalmente em como este poderia maximizar sua segurança nacional contra-ataques externos (WIVEL, 2017).

Para alcançar estes objetivos, a vertente do realismo estrutural, como definida por Waltz (1979) - em *Theory of International Politics* - é dividida em duas frentes: a primeira, voltada ao realismo defensivo, e a segunda, ao realismo ofensivo. Realistas defensivos afirmam que os Estados buscam atingir um nível moderado de segurança, a partir da preservação de estratégias defensivas, que não alterem o equilíbrio de poder previamente estabelecido no SI (WALTZ, 1979).

Nesta abordagem, os realistas acreditam que o SI encoraja os Estados a adotarem um comportamento moderado para atingirem o objetivo de sobrevivência e segurança, além de gerar incentivos para expansionismo em apenas momentos específicos, em que o Estado se sentir ameaçado por um outro ator hegemônico (LOBELL, 2017).

Ainda de acordo com Lobell (2017), para realistas ofensivos, a segurança é escassa, e por este motivo, a natureza anárquica do SI encoraja os Estados a maximizarem seu poder e buscarem superioridade, ou em outras palavras, se tornar um *hegemon*. Mearsheimer (2001), argumenta assim, que “states quickly understand that the best way to ensure their survival is to be the most powerful state in the system” (MEARSHEIMER, 2001, p. 33).

Com base nos próximos capítulos do trabalho, é possível afirmar que a segurança é um dos principais conceitos utilizados pela Federação Russa, e que norteia, em grande parte, a política externa do país. Apesar do conceito aplicado pelo país não se relacionar necessariamente ao aplicado nas teorias do realismo estrutural, este conceito é fundamental para o entendimento da condução da PEx russa ao longo dos anos e fornece uma base sólida para compreender a segurança.

Nas Relações Internacionais, existem duas principais abordagens quanto à segurança: a normativa e a tradicionalista. De forma geral, a abordagem normativa, se baseia em valores, ideias e identidades. Ela defende que a segurança deve ser fundamentalmente normativa, pois sem ela, a vida humana é reduzida apenas a uma busca por sobrevivência. Autores como Buzan (1991), argumentam que a segurança pode ser dividida em diferentes setores:

Generally speaking, 'the military security concerns the two-level interplay of the armed offensive and defensive capabilities of states, and states' perceptions of each other's intentions. Political security concerns the organizational stability of states, systems of government and the ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources, finance and markets necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and national identity and custom. Environmental security concerns the

maintenance of the local and the planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend (BUZAN, 1991, p. 19-20).

A abordagem tradicionalista – e mais predominante nos estudos de RI – se baseia predominantemente na segurança militar do Estado. Neste sentido, ela está relacionada a uma abordagem material, determinada com base na capacidade de poder (geralmente militar, como nas abordagens Neorrealistas, ou econômico, como em correntes voltadas ao Liberalismo) e em riscos calculáveis. Nesta linha, Preece (2011) define a segurança do Estado, como:

...a state's ability to protect itself from external dangers and menaces: for example, intervention, blockade, invasion, destruction, occupation, or some other harmful interference by a hostile foreign power or terrorist group (...)The goal of state security is to deter, prevent or defeat attacks against the state and its population (PREECE, 2011, p. 18).

Stephen Walt (1991) - representante da corrente tradicionalista – argumenta que o escopo dos estudos sobre segurança deve ser estritamente relacionado à ameaça, uso e controle de poder militar, visto que, caso contrário, existe o risco de expansão excessiva dos estudos de segurança. No caso desta expansão, questões como poluição, doenças, abuso infantil, ou recessão econômica, poderiam todas ser vistas como uma ameaça à segurança, podendo assim, destruir a coerência intelectual do conceito (WALT, 1991, p. 212-213).

Assim, pode-se dizer que no contexto da Guerra Fria, os estudos sobre segurança estavam voltados principalmente ao uso da força militar, tendo em vista a ordem bipolar que o Sistema Internacional se encontrava e o gradual risco do uso de armamentos nucleares. Neste sentido, os estudos normativos passaram a ter menor relevância por grande parte dos autores, mesmo com o fim da Guerra Fria e dissolução da URSS.

A Federação Russa apresenta diversas características de uma potência realista, que preza acima de tudo pela segurança militar, visto seu passado histórico, marcado por conflitos militares e expansionismo. Com base em documentos oficiais relacionados ao Conceito de Segurança Nacional da Rússia – especialmente no governo de Vladimir Putin - observa-se que as duas principais questões enfatizadas neste, são: uma crescente relação de rivalidade com o Ocidente, e uma crescente parceria com a China (RUMER; SOKOLSKY, 2022, p. 2).

Ainda de acordo com Rumer e Sokolsky (2022), um dos pontos mais cruciais no discurso de segurança nacional do país – e que parece ser ignorado por grande parte da comunidade estratégica dos EUA, desde a instauração do primeiro documento, no ano de 2000 – é a grande preocupação com a ameaça do expansionismo ocidental, via a OTAN. Enquanto os ocidentais enfatizam o final da Guerra Fria em documentos oficiais de segurança, os

documentos russos em contraste, explicitam que as políticas de segurança da OTAN têm servido como uma expansão disfarçada das políticas utilizada na Guerra Fria, que visam a contenção da Rússia como grande potência no cenário internacional.

Podemos observar este posicionamento enfatizado no Conceito de Segurança Nacional da Rússia, de janeiro de 2000, assinado por Vladimir Putin:

Threats to the Russian Federation's national security in the international sphere can be seen in attempts by other states to oppose a strengthening of Russia as one of the influential centres of a multipolar world, to hinder the exercise of its national interests and to weaken its position in Europe, the Middle East, Transcaucasus, Central Asia and the Asia-Pacific Region (...) Elevated to the rank of strategic doctrine, NATO's transition to the practice of using military force outside its zone of responsibility and without UN Security Council sanction could destabilize the entire global strategic situation. The growing technical advantage of a number of leading powers and their enhanced ability to create new weapons and military equipment could provoke a new phase of the arms race and radically alter the forms and methods of warfare (RUSSIA, 2000, n.p).

Pode-se enfatizar assim, que apesar da menção da segurança doméstica do país contra atos terroristas, e do indivíduo, a grande questão da segurança está voltada diretamente ao Estado, sendo principalmente a expansão militar da OTAN em territórios russos.

1.2. A OTAN: dinâmica e impactos internacionais

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), historicamente, foi alvo de críticas por parte da Federação Russa, especialmente no governo de Vladimir Putin, visto o caráter militar da organização, e o que ela representa para o governo russo. Como visto na introdução do trabalho, a OTAN é uma organização global que atua em diversas frentes para a promoção da segurança mundial. O objetivo de sua criação, era o de promover um pacto mútuo de cooperação entre os países membros, visando conter qualquer ameaça que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) poderia gerar, na busca de estender seu controle para a Europa Oriental.

O principal pilar da OTAN, é o princípio da defesa coletiva, em que, com base no Artigo 5 da organização:

The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defence recognized by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area.

Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security (OTAN, 2022, n.p.).

Assim, ainda de acordo com a própria organização, a partir da invocação do Artigo 5, os membros devem providenciar qualquer tipo de assistência que julgarem necessário para conter a ameaça em questão. O Artigo foi invocado pela primeira vez, em 11 de setembro de 2001, em resposta aos ataques terroristas contra os Estados Unidos, que ocorreram nesta data.

A organização atualmente, conta com 30 membros ativos, sendo que, originalmente, era composta por: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido. Com a queda do Muro de Berlim, a dissolução do Pacto de Varsóvia e o fim da Guerra Fria, abriu-se a oportunidade da inclusão de novos membros recém independentes, e que estariam dispostos a fazer parte da OTAN.

Neste sentido, no ano de 1997, República Tcheca, Hungria e Polônia foram convidadas a uma conversa referente à adesão de novos membros à Aliança na Conferência de Madrid, até que em março de 1999, os países se tornaram os primeiros membros da OTAN, que pertenciam anteriormente ao Pacto de Varsóvia. Para Nascimento (2008):

Os planos da OTAN para expansão são pensados cuidadosamente pelo fato de que, dentro do organismo, as ações de maior envergadura devem ser tomadas em consenso. A ajuda econômica advinda dos Estados Unidos da América, em especial (mas também de outros membros da OTAN), à reconstrução dos países que compunham a área de influência soviética, somada ao receio, muitas vezes expresso, desses Estados em relação à Rússia, faz com que esse mesmo consenso seja passível de alcance (NASCIMENTO, 2008, p. 15).

Com base nos processos de adesão praticados pela OTAN, a organização lançou o *Membership Action Plan* (MAP), ainda no ano de 1999, que consiste em um programa de conselho, assistência e suporte prático, moldado com base nas necessidades individuais de cada país que deseja integrar-se à Aliança (OTAN, 2022).

No ano de 2002, a Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letão, Lituânia e Romênia receberam o convite para participar do MAP, até que dois anos depois, foram aderidos à organização, tornando esta a maior onda de expansionismo da OTAN. Anteriormente à primeira onda, o governo russo exprimira à administração de Clinton que uma expansão próxima ao território russo seria um erro (KANET; PIET, 2014).

Após a segunda onda de expansionismo, tornou-se claro que a inclusão da Rússia na OTAN não estava dentro da agenda da organização. Este fator, juntamente à demonstração de interesse por parte da Croácia, Montenegro, e principalmente a Ucrânia, de adentrarem à

Aliança, fez com que o governo russo se sentisse ameaçado pela adesão de membros que costumavam pertencer ao seu domínio (NASCIMENTO, 2008).

Para autores como Kanet e Piet (2014), Mearsheimer (2014), e Sakwa (2021), estas ondas de expansionismo da OTAN, geraram um cenário de insegurança para a Rússia. Pode-se dizer, que este sentimento se dá por três principais motivos. Primeiramente, a própria razão de existência da organização, era originalmente a de conter a influência da URSS – e posteriormente, Federação Russa – na região da Eurásia. O segundo, por conta do poderio militar da organização, e do número de membros que podem contribuir de alguma forma para conter os objetivos russos.

Por fim, devido à significância histórica que os países que pertenciam a URSS representaram para a Rússia. A adesão destes à OTAN, significou a redução de possíveis aliados para a Federação Russa em caso de um conflito que envolvesse os membros da organização. Tendo em vista estes conceitos, pode-se analisar de forma mais clara os rumos tomados na política interna e externa pela Federação Russa, assim como os tratados assinados e discursos oficiais realizados pelos representantes do país ao longo dos anos.

2. LEGADO DA URSS NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA E NOVOS DIRECIONAMENTOS (1985 – 1999)

O seguinte capítulo tem como objetivo apresentar o período que antecedeu o final da Guerra Fria e dissolução da URSS, que ocorreu no ano de 1991, sob a liderança de Mikhail Gorbachev, e posteriormente, será analisado o governo de Boris Yeltsin (1991 – 1999), sendo este separado em duas partes. A primeira, enfatizando a instauração de políticas que remetiam ao governo de Gorbachev, com Andrey Kozyrev como Ministro das Relações Exteriores da Rússia, e posteriormente, as mudanças no posicionamento do país com a entrada de Yevgeny Primakov no cargo.

Neste capítulo, buscou-se enfatizar as rupturas e continuidades que houveram na atuação do país, com foco na política externa dos líderes em questão, assim como o relacionamento do bloco soviético/país com a OTAN, entre os anos de 1985 a 1999. Para isso, foram selecionados acordos assinados e estratégias utilizadas pelos líderes neste período buscando evidenciar como a política do país evoluiu ao longo dos anos que antecedem o governo de Vladimir Putin, e alguns padrões de comportamento da Federação Russa que foram herdados da URSS, e do pós-Guerra Fria.

2.1. Gorbachev e a Fragmentação da URSS

A entrada de Mikhail Gorbachev ao cargo de primeiro-secretário do Partido Comunista, no ano de 1985, se deu em um momento no qual o bloco soviético passava por problemas estruturais e econômicos severos, em que não se sabia ao certo qual rumo seguir na política externa. Seu governo foi marcado pela tentativa de alterar a dinâmica na qual a URSS operava, a partir de reformas internas, que seriam consequentemente refletidas no cenário externo (NASCIMENTO, 2008).

Essa reestruturação se daria por uma reforma econômica do bloco, a fim de amenizar as burocracias internas, e ao mesmo tempo, liberalizar o regime e criar uma maior transparência doméstica e internacional. Para atingir estes objetivos, fazia-se necessário uma redução da atuação internacional do bloco soviético e dos gastos em armamentos e equipamento militar.

A estratégia de se “desprender” dos outros Estados pertencentes à URSS se dava principalmente pela guerra que ocorria no Afeganistão, iniciada no ano de 1979 - em que o conflito era considerado custoso e acarretaria em um envolvimento maior e desnecessário do bloco - e pela crescente superioridade militar e estratégica da OTAN (NASCIMENTO, 2008).

Com base nos objetivos de Gorbachev, “O primeiro passo foi o abrandamento dos laços políticos entre os países membros do Pacto de Varsóvia e o seu maior membro” (NASCIMENTO, 2008, p. 53). Neste sentido, o primeiro-secretário declarava que a URSS não realizaria mais nenhum tipo de intervenção doméstica nos países membros, principalmente quando se tratava de intervenção militar.

Gorbachev, juntamente ao Ministro de Relações Exteriores, Eduard Shevardnadze, trabalhavam uma forma de alterar as estruturas burocráticas previamente instauradas pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), visto que não seria possível criar boas relações com outros países sem uma reforma interna. Assim, buscava-se uma gradual reforma no Politburo¹. Contudo, o principal desafio encontrado era a forte presença de antigos membros corruptos no PCUS, em que uma substituição abrupta destes membros poderia acarretar em uma retirada de Gorbachev do poder.

A administração de Bush, inicialmente, realizou uma análise cautelosa de quais seriam os possíveis objetivos da URSS sob o comando de Gorbachev, a partir de um longo *policy review* e de operações secretas realizadas pela *Central Intelligence Agency* (CIA) no Leste Europeu (KANET; PIET, 2014).

Porém, ao verificar o rumo tomado pelo líder russo, tanto na redução da influência do bloco soviético em países próximos, como a tentativa de reformas internas, observa-se uma retomada do diálogo entre os Americanos e os Soviéticos, especialmente no que se tratava de tratados relacionados a armamentos nucleares (GERBET, 2016).

Desta forma, a administração de Bush - que vinha buscando ao longo dos anos uma forma de alterar indiretamente o regime da URSS - concluiu que um apoio americano a Gorbachev seria benéfico para os Estados Unidos. Assim, Bush priorizou manter o atual líder soviético no poder, e fornecer apoio na retirada de conservadores da PCUS, KGB e militares soviéticos das hierarquias do bloco (GATES, 1996 *apud* KANET; PIET, 2014).

Neste sentido, se deu uma maior aproximação entre a URSS e a OTAN, visto que no ano de 1983, ambos atores discutiram sobre a Redução Mútua e Equilibrada de Forças (MBFR), juntamente ao Pacto de Varsóvia e no ano de 1984, os blocos antagônicos participaram das *Confidence Building Measures* (CBMs). No ano de 1986, a OTAN passa a apoiar a CSCE, em que se tinha o objetivo de incentivar Moscou a monitorar a questão dos Direitos Humanos nos

¹ O Politburo, na história soviética, foi o órgão supremo de decisão política utilizado pelo Partido Comunista da URSS. Até o ano de 1990, este exercia controle supremo do governo soviético. O mesmo, foi extinto juntamente com a dissolução da URSS (BRITANNICA, 2013).

países pertencentes ao bloco socialista, assim como, a promover o desarmamento mútuo entre os blocos antagônicos (NASCIMENTO, 2008).

Pode-se ressaltar que, a questão da implementação dos direitos humanos na URSS, foi vista como um ponto positivo para Gorbachev, levando-se em conta os problemas sociais e econômicos que a população do bloco enfrentava. Assim, podemos dizer que este ponto serviu como a base para a implementação da política da *glasnost*² na União Soviética.

Contudo, Gorbachev se encontrava em uma posição delicada, já que seu objetivo de maior transparência no bloco não significava necessariamente que estava disposto a abrir mão dos interesses da URSS, visto que um desarmamento mútuo, significaria uma submissão aos interesses ocidentais na visão do povo soviético.

Portanto, o grande desafio seria conciliar os interesses nacionais, mas simultaneamente, promover uma maior abertura e liberdade política à população, em troca de apoio da OTAN e de países pertencentes ao CSCE.

Um fator relevante a ser destacado, é o de que Gorbachev, diferentemente de seu antecessor Andropov (1982-1984), rejeitava o uso da força e coerção internamente. Este posicionamento, pode ser evidenciado em um discurso realizado no ano de 1987, onde era celebrado o aniversário de 70 anos da Revolução de Outubro. Neste, o primeiro-secretário se utiliza de um diálogo ideológico - visando aumentar a sua popularidade - de cunho Leninista, ideologia esta que deu origem à União Soviética (SYLVEST, 1999).

Este discurso, pode ser evidenciado em seu volume denominado *perestroika*, publicado no ano de 1987, em que Gorbachev afirma que:

I think we had every reason to declare at the January 1987 Plenary Meeting: in its essence, in its Bolshevik daring and in its humane social thrust the present course is a direct sequel to the great accomplishments started by the Leninist Party in the October days of 1917 (GORBACHEV, 1987, p. 50).

Assim, em meio deterioração das relações de Moscou com o restante dos países do Pacto de Varsóvia - com o objetivo da implementação de uma reestruturação econômica na União Soviética e de gerar uma maior transparência dentro e fora do bloco - Gorbachev associa a

² A *glasnost* (em russo: transparência), se refere a políticas instauradas por Mikhail Gorbachev, nos anos 1980, que visavam uma maior transparência e abertura de problemas políticos e sociais na URSS. Esta foi o principal instrumento para o processo de democratização da URSS. Juntamente à instauração da *glasnost*, Gorbachev instaurou o programa da *perestroika* (em russo: reestruturação), com o objetivo de reestruturar a economia soviética, a partir da descentralização do bloco na economia, e encorajamento de empresas locais a se tornarem autofinanciadas. Contudo, grande parte do programa foi obstruído por parte das elites econômicas, por medo de perder poder sobre o bloco soviético. (BRITANNICA, 2019).

perestroika à imagem de Lenin e à Revolução de Outubro³ de 1917, como um movimento “revolucionário” que iria reestruturar a URSS, e unir a população soviética novamente (SYLVEST, 1999).

Em outras palavras, a estratégia consistia em apelar tanto para o PCUS e a população conservadora, como para a OTAN e os Estados Unidos, na busca de conter o avanço nuclear, a bipolaridade e o conflito ideológico. Para isto, Gorbachev buscava propor concessões com a OTAN, objetivando equilibrar os interesses da URSS, ocultar a fraqueza militar e econômica do bloco, mas ainda recebendo apoio da Organização. Contudo, os ministros das Relações Exteriores da OTAN não estavam totalmente de acordo com os rumos que Gorbachev desejava seguir, afirmando que a URSS ainda assim teria uma superioridade em número de tropas (NASCIMENTO, 2008).

Nos anos posteriores, a pressão por parte da OTAN para cortes nos gastos militares soviéticos era cada vez maior, fazendo com que o poderio militar do Pacto de Varsóvia, e a influência da União Soviética fosse cada vez menor. Visto esta redução, e a retirada das tropas soviéticas no Afeganistão, no ano de 1988 - por influência da OTAN, para promover maior cooperação entre os dois lados - os rumos do governo de Gorbachev se tornavam cada vez mais claros para a população soviética.

O líder, cedendo cada vez mais à pressão ocidental - visto a fragilidade econômica que se encontrava o bloco, e a inferioridade militar do Pacto de Varsóvia - passou a centralizar as reformas visando o fortalecimento de Moscou, e o desprendimento dos países satélites, no quesito de segurança (NASCIMENTO, 2008). Neste sentido, “tendo se submetido à pressão acérrima de empréstimos financeiros, na expectativa de que “o Ocidente nos ajudará”, a Rússia vinha sendo arrastada para a situação de dependência econômica e financeira do mundo desenvolvido.” (ZHEBIT, 2019, p. 424).

Ademais, apesar dos esforços de Gorbachev de melhorar a situação interna da União, mantendo laços com o Ocidente e buscando apoio da velha guarda soviética, a qualidade de vida da população caía gradativamente, no início da década de 1990, fazendo com que sua rejeição aumentasse cada vez mais.

A eventual ascensão de Boris Yeltsin como Supremo Soviete Russo em 1990 – que passa constantemente a criticar Gorbachev por ceder aos interesses ocidentais – faz com que a sua popularidade interna cresça, e a de Gorbachev seja cada vez menor. Assim, a partir da

³ A Revolução de Outubro de 1917, se deu como uma segunda fase à Revolução Russa, em que o partido Bolchevique, liderado por Lênin, derrubou o governo provisório que se instaurava na Rússia, e instaurou o governo socialista soviético.

eventual dissolução do Pacto de Varsóvia, em 1991 – devido ao enfraquecimento bélico da União, e da incapacidade de manter os países satélites sob controle – juntamente a tentativa de golpe contra Gorbachev alguns meses depois, fez com que sua popularidade despencasse. Por fim, a eventual independência dos antigos membros da URSS entre os anos de 1990, e 1991, geraram a oportunidade de Yeltsin assumir o posto de líder da Federação Russa (NASCIMENTO, 2008). O governo de Gorbachev, assim, foi marcado pela tentativa malsucedida de implementação de uma democracia social na URSS, combinando políticas de desmilitarização e maior abertura econômica juntamente ao modelo de socialismo praticado ao longo dos anos.

Assim, pode-se dizer que a eventual auto liquidação da URSS, no ano de 1991, foi um ponto positivo para a administração de Bush, que realizava esforços constantes para reduzir a influência do bloco na região do Leste Europeu, a partir de sua política de contenção (GATES, 1996 *apud* KANET; PIET, 2014, p. 56).

2.2. Contexto pós-Guerra Fria: Governo Yeltsin

Para Piccolli (2010 *apud* QUADROS; MACHADO; 2015, p. 586), o período pós-Guerra Fria na Rússia, foi marcado por “transformações significativas na política interna, impactos severos na dinâmica da sociedade civil, edição de novas demarcações fronteiriças e a redefinição do papel que o país ocuparia na arena internacional”.

O início do governo de Yeltsin (1991), se deu como um período conturbado, devido principalmente à crise de identidade e cultural da população, seguido por uma economia fragilizada, que foi exposta ao modelo liberal praticado no Ocidente. Para Nascimento (2008), a Federação Russa pós-dissolução da URSS, se encontrava “formalmente liberalizada cultural, social e religiosamente, porém presa a arcaísmos próprios do estilo de vida russo pré-revolucionário, preponderantemente a cristalização dos privilégios e o imobilismo social” (NASCIMENTO, 2008, p. 68).

Neste sentido, o então Primeiro Ministro de Yeltsin, Andrei Kozyrev, objetivava dar continuidade aos esforços de Gorbachev de integrar-se ao Ocidente, a partir de uma parceria com os EUA, e uma integração com instituições ocidentais (KANET, PIET, 2014). Assim, a privatização de grandes estatais, juntamente à abertura comercial do país, introduziu no mercado interno produtos de alta competitividade, que prejudicaram fortemente a produção doméstica russa.

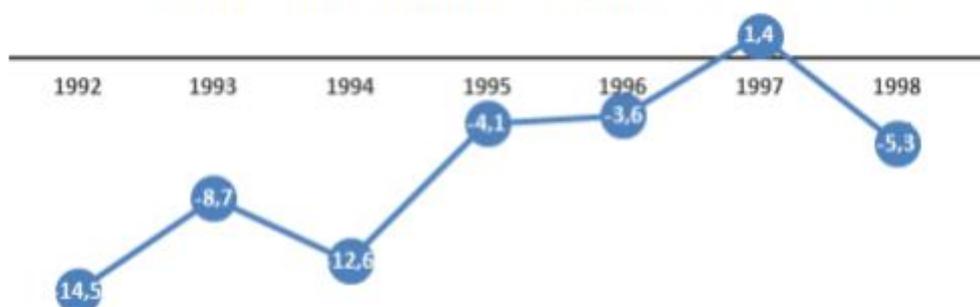
Yeltsin objetivava uma reestruturação econômica da Rússia, visando simultaneamente, receber apoio de políticos reformistas e da população em geral, a partir da abertura comercial. Assim, a partir da criação de uma classe de apoiadores de reformas internas, Yeltsin seria capaz de reduzir a influência de conservadores no parlamento, e geraria uma maior estabilidade econômica e política a partir das privatizações (BOYCKO; SHLEIFER; VISHNY, 1993).

Contudo, para evitar conflitos internos com opositores, o programa de privatização tinha de acomodar as demandas econômicas e políticas de diversos *stakeholders* de estatais russas. Dentre eles, destacam-se principalmente gerentes de empresas e governos locais, que exerciam influência política sobre essas empresas (BOYCKO; SHLEIFER; VISHNY, 1993).

Devido a estas particularidades, um programa de privatização em massa faria com que o atual governo recebesse um menor apoio de *stakeholders*, que buscavam cada vez mais influência sobre a economia do país. Tal fator, resultou em um processo de privatização, dividido essencialmente em duas etapas: “a distribuição preferencial de ações para trabalhadores e administradores de empresas e, por outro lado, a distribuição gratuita de cupons a cada russo, os quais poderiam ser trocados por ações de companhias estatais” (SEGRILLO, 2000, *apud* QUADROS; MACHADO, 2015, p. 586).

Tal sistema, resultou na presença de poderosos grupos de oligarcas que concentravam grande parte da renda nacional em suas mãos. Isso significou a presença de novos *players* dentro do país, alterando a dinâmica do governo até atualmente. As reduções da competitividade dos produtos nacionais, juntamente à concentração de renda na mão dos oligarcas, geraram um cenário de alta inflação interna, juntamente à uma queda do PIB, entre os anos de 1992 e 1998:

Gráfico 1: Porcentagem anual de crescimento da Rússia entre 1992 e 1999



Fonte: BANCO MUNDIAL, 2014 *apud* QUADROS; MACHADO, 2015)

No quesito da OTAN, buscava-se explorar os novos rumos da Organização, devido à dissolução do Pacto de Varsóvia, e posteriormente da URSS, o maior rival ideológico dos

Estados Unidos. Ademais, Yeltsin apresentava uma postura mais maleável com o lado Ocidental, fazendo com que o diálogo entre os dois polos fosse mais amistoso.

Em novembro de 1991, a OTAN havia publicado o Novo Conceito Estratégico da Aliança, visto o cenário internacional que os dois lados se encontravam, expressando um posicionamento mais otimista perante o futuro da Organização, em que:

Since 1989, profound political changes have taken place in Central and Eastern Europe which have radically improved the security environment in which the North Atlantic Alliance seeks to achieve its objectives. The USSR's former satellites have fully recovered their sovereignty. The Soviet Union and its Republics are undergoing radical change. The three Baltic Republics have regained their independence. Soviet forces have left Hungary and Czechoslovakia and are due to complete their withdrawal from Poland and Germany by 1994. All the countries that were formerly adversaries of NATO have dismantled the Warsaw Pact and rejected ideological hostility to the West. They have, in varying degrees, embraced and begun to implement policies aimed at achieving pluralistic democracy, the rule of law, respect for human rights and a market economy. The political division of Europe that was the source of the military confrontation of the Cold War period has thus been overcome (...) The security challenges and risks which NATO faces are different in nature from what they were in the past. The threat of a simultaneous, full-scale attack on all of NATO's European fronts has effectively been removed and thus no longer provides the focus for Allied strategy. Particularly in Central Europe, the risk of a surprise attack has been substantially reduced, and minimum Allied warning time has increased accordingly (NATO, 2022, n.p.).

Contudo, apesar do enfraquecimento da força militar russa, e eventual fim do Pacto de Varsóvia e URSS, novos Estados independentes estavam inclusos no sistema internacional, fazendo com que novos conflitos étnicos pudessem surgir. Neste sentido, a OTAN com seu objetivo de garantir a segurança em toda Europa, teria de constantemente monitorar os rumos que esses países tomariam nos próximos anos. Ademais, a Rússia ainda era uma incógnita para a Organização, visto o seu passado czarista e soviético, com foco em ganhos territoriais e conquistas militares.

2.3. Primakov e os novos rumos da PEx russa

Algumas das ações do país não condiziam com seu discurso de integração com o Ocidente, na visão dos EUA. Isto porque, a política externa russa parecia atuar em duas frentes, segundo Nascimento (2008):

A primeira, propagandística e revolucionária, trabalharia com a celebração dos laços culturais com o Ocidente e a sua inclusão no rol dos grandes países capitalistas; a segunda trabalharia com a ordem antiga, mantendo fortes as ligações com a Ásia Central e países do extremo leste europeu, como a Ucrânia e países do Cáucaso. A

manutenção desta segunda alternativa demonstra que a Rússia não estava disposta a abdicar totalmente de seus interesses regionais (NASCIMENTO, 2008, p. 75).

Por um lado, em um gesto de demonstração de confiança mútua entre a Federação Russa, e a Organização, Yeltsin anuncia cortes em gastos bélicos, e abandona a meta de paridade bélica com os Estados Unidos. Ademais, é assinado o acordo START II (*Strategic Arms Reduction Talks*⁴), em janeiro de 1993, fator que reduziria consideravelmente o poder militar do país. Porém, os EUA poderiam manter suas ogivas submarinas, uma de suas armas principais. Neste sentido, a retificação do acordo só foi realizada no ano de 2000.

Contudo, por outro lado, em dezembro de 1991, foi criada a CEI (Comunidade de Estados Independentes), pelos líderes de Belarus, Rússia e Ucrânia, composta por 11 Estados independentes, após a dissolução da URSS.

Mapa 1 - Países membros da CEI



Fonte: CIRAD (2017)

A organização intergovernamental, surgiu com o objetivo de preencher o vácuo de poder que existiu no imediato pós-Guerra Fria, e foi definido nas seguintes bases, de acordo com o Ministério de Relações Exteriores da Armênia:

⁴ *The Strategic Arms Reduction Treaty II (START II) complemented START I. START I's provisions were unchanged; START II established a limit on strategic weapons and required that reductions be implemented in two phases. Phase I obligated the United States and Russia to reduce their arms to a certain quantitative limit by the end of the phase. Phase II obligated the states to eliminate all heavy intercontinental ballistic missiles (ICBMs) by the end of the phase. States were verified by on-site inspections, like in START I, but START II also included inspections to confirm the elimination of ICBMs and their silo launchers. START II created the Bilateral Implementation Commission (BIC) as a forum where the United States and the Russian Federation could work towards compliance. (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 1993, n.p.)*

- cooperação nas esferas política, econômica, ambiental, humanitária, cultural e outras;
- desenvolvimento econômico e social abrangente e equilibrado dos estados membros da CEI;
- assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais de acordo com os princípios e normas geralmente reconhecidos do direito internacional;
- cooperação entre os Estados membros para garantir a paz e a segurança internacionais, a realização de medidas efetivas para a redução de armas e gastos militares e a realização do desarmamento universal e total;
- solução pacífica de disputas e conflitos entre os estados membros da CEI;
- auxiliar os cidadãos dos estados membros na livre comunicação, contatos e movimentação na CEI e etc.

Apesar da tentativa do novo regionalismo entre os Estados, Kubicek (2009), pontua que a superioridade da Rússia diante dos Estados membros era clara, e que a integração entre os mesmos não possuía uma base sólida, fazendo com que a Rússia priorizasse relações bilaterais na prática.

Apesar do posicionamento integralista com o Ocidente, praticado por Yeltsin e Kozyrev, observa-se que os países que originalmente permaneciam ao grupo, são os mesmos que faziam parte da URSS, demonstrando assim, que ambos buscavam apoio político das alas nacionalistas.

Neste sentido, de acordo com Nascimento (2008), o passado histórico imperialista da Rússia era um obstáculo para a integração ao Ocidente. Ademais, o poder regional era fortemente mantido nas mãos de Moscou, comportamento que não era condizente com a instauração de um órgão multipolar.

Juntamente à expansão da OTAN, declarada pela administração de Clinton, no ano de 2004 – que visava a integração da Polônia, Hungria e República Tcheca à Organização – se tornava cada vez mais claro a incompatibilidade política e econômica entre os dois lados, visto que cada um buscava os seus próprios objetivos internacionais. Insatisfeito com as estratégias de Kozyrev, Yeltsin aponta em janeiro de 1996, Yevgeny Primakov ao cargo de segundo Ministro das Relações Exteriores da Federação Russa (KANET; PIET, 2014).

Primakov era um orientalista, especializado no Oriente Médio e Oeste Asiático, e antigo líder do serviço de inteligência externa da Rússia. Ele se opunha à expansão da OTAN em territórios próximos à zona de influência da Rússia, e buscava limitar a atuação dos EUA na região, a partir de uma estratégia de multipolaridade, em que um pequeno número de grandes

potências mundiais – dentre elas, a própria Federação Russa – seriam responsáveis por promover e assegurar uma estabilidade global (TRENIN, 2002, *apud* KANET; PIET, 2014).

Primakov defendia a ideia de que a Rússia não teria aliados permanentes, mas sim, interesses permanentes (TRENIN, 2009). Neste período, observou-se um maior foco em aproximar a Federação Russa a países pertencentes à região da Eurásia. Quanto a esta região, não existe um consenso geral de quais países estão inclusos. Em termos geográficos, pode-se considerar como a combinação que engloba parte da Europa Oriental, e parte da Ásia. Geopoliticamente, existe mais de uma definição para a Eurásia. Para a confecção do trabalho, a região engloba a Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Ucrânia, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e parte do Cáucaso. Contrariando os defensores da aproximação com o Ocidente, o mesmo pregava um pragmatismo na PEx do país, afirmando que:

Se a Rússia quisesse se manter entre lideranças mundiais, ela deveria conduzir uma política multivetorial, “a todos os azimutes”, com focos nos Estados Unidos, na Europa, na China, no Japão, na Índia, no Oriente Médio, na região da Ásia e do Pacífico, na América Latina e na África. Respondendo a si mesmo, se há potencial para isto na Rússia, ele escreve que o país é sucessor de uma potência mundial com vários atributos necessários para tal, como a influência política internacional, a importância geopolítica, o status nuclear, o assento permanente no Conselho de Segurança, o nível de desenvolvimento industrial, a cooperação internacional econômica, militar e científica (ZHEBIT, 2019, p.425, apud IBIDEM, P.213-214).

Na economia, a estratégia de Primakov para combater a crise que o país vinha enfrentando, consistia em atribuir ao Estado uma maior participação, e buscava uma economia de mercado socialmente orientada (DESERET NEWS, 1998). Para o partido comunista, a proposta econômica era positiva, devido ao foco na indústria nacional e proteção aos produtores domésticos.

Porém, apesar das contribuições de Primakov para o governo russo durante o mandato de Yeltsin, a sua postura de fortalecimento do Estado e oposição ao liberalismo ocidental, promoveu uma rejeição de oligarcas russos e apoiadores da abertura econômica promovida por Yeltsin e Kozyrev. Assim, devido à rejeição política por parte da população, Primakov é exonerado do cargo que ocupava como Primeiro-Ministro da Federação Russa, em maio de 1999. Zhebit (2019), afirma que Primakov foi um grande responsável pela transição de um alinhamento com o Ocidente, para uma posição de pragmatismo que:

...reflete, neste contexto, a capacidade de Primakov de reunir e expressar o discurso político de um grande grupo de estadistas russos, contrários ao curso neoliberal em economia e ciosos da preservação de interesses nacionais da nova Rússia na política internacional. O grupo de “derjávnikí (gosudárstvennikí)”, ao qual Primakov era atribuído, estava voltado para a reemergência da Rússia como grande potência, para

a visão do sistema internacional em termos realistas, com a obrigatória centralidade da ONU e sem admitir a percepção da Rússia como Estado antiocidental” (ZHEBIT, 2019, p. 426).

Neste sentido, Trenin (2012) argumenta que Primakov foi o precursor do conceito de multipolaridade, que posteriormente foi adotado por Putin em seu governo, e que será trabalhado no próximo capítulo. Seus discursos políticos resgataram a *realpolitik*⁵ ao Estado russo, enfatizando o interesse nacional e a sobrevivência do Estado como prioridade, em vista de um espaço pós-soviético fragmentado, que era ameaçado por uma ordem unipolar no Ocidente, e que buscava expandir sua influência.

Em termos gerais, a atuação de Primakov foi marcada pela tentativa de estabilização econômica do país, e pela tentativa de aproximação com países inseridos na região da CEI, visando romper com a tradição dos últimos governos de alinhamento automático com o Ocidente. Apesar das dificuldades de implementação de políticas, as ideias promovidas pelo mesmo são essenciais para entender os rumos políticos tomados por Vladimir Putin nos próximos anos.

⁵ O termo *realpolitik*, de acordo com Bueno (2022), se refere à política de poder e enfatiza políticas baseadas nas considerações de poder prático em detrimento das políticas baseadas nas considerações morais e éticas. Similarmente a correntes realistas nas Relações Internacionais, os líderes devem atuar sob uma política de poder para alcançar seus objetivos. Tanto a Rússia quanto Estados Unidos aparentam agir de acordo com os interesses – EUA, juntamente à OTAN, buscando expansão da organização, e Rússia almejando se consolidar de forma pragmática, como uma grande potência, de forma pragmática - mas evitando conflito direto.

3. O INÍCIO DA ERA PUTIN (1999-2015) E A GESTÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA RUSSA

Para a confecção do seguinte capítulo, foram selecionados alguns fatos históricos relevantes, que enfatizam a relação entre Rússia e OTAN ao longo dos anos, com o objetivo de apresentar os momentos de aproximação e afastamento entre o país e a Organização. Apesar do país ter passado por diversas mudanças internamente, o foco da análise se dá na Política Externa Russa, e em como fatores externos impactaram o posicionamento dos governantes russos – em especial, de Putin – na condução de suas políticas.

Foi enfatizado também, em como o passado influenciou a visão de mundo de Putin, e em como ela interfere em seu posicionamento ao longo dos anos. Estes posicionamentos se refletem na instauração de políticas internas, intervenções externas, celebrações e rompimentos de tratados internacionais, realização de diálogos e declarações controversas, entre outros.

3.1. A Busca pela Multipolaridade: Ascensão de Vladimir Putin e o Eurasianismo (1999-2006)

Como se pode observar no capítulo anterior, a política externa da Rússia, historicamente, se baseava em uma ambivalência entre duas possíveis rotas: reproduzir políticas praticadas no Ocidente⁶ ou desenvolver sua própria política, gerando afastamento ou até rivalidade com países ocidentais, como se observou na URSS e no governo de Yeltsin respectivamente (KUMAR, 2016).

Observou-se também que, existiu um cenário de dualidade, entre defensores do conservadorismo, referente à URSS, e do liberalismo, associado às políticas ocidentais. Neste capítulo, pode-se observar que o pensamento dos conservadores russos pode ser associado ao fenômeno do Eurasianismo. Este pensamento, foi protagonizado pelo primeiro-ministro da Rússia, e Orientalista, Yevgeny Primakov, durante os anos 1990.

Para a confecção deste trabalho, considera-se o termo Eurasianismo, como uma ideologia que afirma que a Rússia, e países vizinhos a ela, ocupam uma posição mediana entre

⁶ O termo Ocidente, se refere à “civilização ocidental”, e que engloba majoritariamente países situados no Hemisfério Ocidental. Esta civilização pode ser definida “pelo Estado de direito, pela democracia, pela liberdade intelectual, pela racionalidade crítica, pela ciência e por uma economia baseada na propriedade privada” (NEMO, 2005). Este conceito passou por mudanças ao longo dos anos, e se intensificou no período pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente pela polarização ideológica acentuada que se deu nos anos seguintes, entre o bloco ocidental, capitalista e defensor da democracia, protagonizado pelos Estados Unidos, e o bloco oriental, comunista, que tinha como figura central a URSS.

a Europa e a Ásia. As suas características são originárias de uma fusão cultural entre povos eslavos e turco-muçulmanos. O Eurasianismo rejeita a visão de que a Rússia está na periferia da Europa e, ao contrário, interpreta que a localização geográfica do país atribui a ele uma cultura única (LARUELLE, 2012).

Assim, a tradição Eurasianista pode ser vista como: “...a broad body of ideas originally elaborated by émigré Russian writers in the 1920s and 1930s, which focused on Russia’s combined European and Asian geographical identity, as well as its relationship vis-à-vis Europe.” (SILVIUS, 2014, p. 50). As origens deste pensamento surgiram no ano de 1921, com a publicação de um volume coletivo denominado “*Ishkod k Vostoku* (Êxodo ao Oeste)”, destacando-se como precursores, autores clássicos focados na Rússia, como Nikolay Trubetskoy, Pyotr Savitsky, Pyotr Suvchinsky e Georgy Vasilevich.

Apesar dos esforços pós-Soviéticos de elaborar ideias Eurasianistas como uma doutrina política/filosófica mais compreensiva⁷, considerou-se o termo como uma orientação política, cultural, geográfica e étnica, adotada pelo governo russo, mas não voltada exclusivamente a uma vertente filosófica específica.

Como afirma Silvius (2014), Vladimir Putin dificilmente poderia ser considerado como um neo-Eurasianista, por exemplo, por não buscar instaurar uma doutrina filosófica/política específica em seu governo. Contudo, algumas de suas ações e inclinações políticas remetem ao Eurasianismo e ao pensamento do antigo Ministro Yevgeny Primakov, como a ideia de que a multipolaridade e unipolaridade possuem uma dimensão cultural, civilizacional e moral.

Neste sentido, os originais e mais radicais escritores que remetiam à ideia do Eurasianismo, como Danilevsky, em sua obra “Rússia e Europa” (1869), tratavam a região da Eurásia como uma civilização etnicamente e culturalmente única - que não poderia ser reduzida apenas ao povo russo/eslavo, e que não era compatível com a Europa – que eventualmente ascenderia globalmente.

Para autores contemporâneos, como Shlapentok (2007) a globalização pode ser vista como uma expansão americana unilateral e hegemônica, que resulta em uma homogeneização cultural. Neste sentido, a Rússia deveria resistir para preservar a cultura e etnia individual atribuída à região da Eurásia.

⁷ Para Matos (2012), o Eurasianismo contemporâneo, ou neo-Eurasianismo, tem como características: o pluralismo de sistema de valores contra a dominação obrigatória de uma ideologia, a tradição contra a supressão de culturas, dogmas e descobertas das sociedades tradicionais, os direitos das nações contra os “bilhões de ouro” e a hegemonia neocolonial do “norte rico”, as etnias como valores e sujeitos da história contra a despersonalização das nações, aprisionadas em construções sociais artificiais e a justiça social e solidariedade humana contra a exploração e humilhação do homem pelo homem (MATOS, 2019, p. 73-74).

Apesar desta visão mais radical, observa-se que a abordagem de Primakov, pode ser denominada como um Eurasianismo Pragmático, que passou a significar uma direção estatista na Política Externa do país, nos anos 90, que movia a Rússia a uma maior proximidade com a Ásia Central e Oriental, distanciando-se das políticas ocidentais instauradas pelo antigo ministro Andrei Kozyrev, e que eventualmente impactou a visão de mundo de Putin (SILVIUS, 2014).

Após a evidente falha da implementação de um sistema democrático e liberal no território russo protagonizado por Boris Yeltsin, a população se encontrava em descontentamento geral com a forma a partir da qual o país vinha se posicionando. Assim, Yeltsin, que havia nomeado Vladimir Putin como primeiro-ministro da Rússia em agosto de 1999, via na figura de Putin a principal opção para sucedê-lo como presidente.

Vladimir Vladimirovitch Putin, nascido em Leningrado – atualmente São Petersburgo –, em 1952, cresceu em um ambiente marcado pela presença da União Soviética, fator que influencia fortemente suas crenças e visão de mundo. Ademais, atuou durante quinze anos como oficial de inteligência estrangeira, para o KGB (Comitê para Segurança do Estado), posição que o levou a uma estadia de seis anos em Dresden, na então Alemanha Oriental, vivenciando ali o período de turbulências que levaram à queda do muro de Berlim, em 1989.

Ao retornar à Rússia, em 1990, Putin assumiu uma posição administrativa na Universidade de Leningrado e, com o fim do comunismo, em 1991, se tornou conselheiro do político liberal Anatoly Sobchak. Quando Sobchak foi eleito prefeito de Leningrado, ainda no mesmo ano, Putin atuava como figura principal das relações externas da cidade, até que em 1994, se tornou o primeiro vice-prefeito da cidade (BAKER; GLASSER, 2007).

Após a derrota de Sobchak em 1996, Putin retornou a Moscou e, dois anos depois, Boris Yeltsin convida-o para se tornar vice chefe de sua gestão da administração, posição na qual foi encarregado de administrar as relações do Kremlin com outros governos regionais. Apesar de seu baixo reconhecimento nacional, a experiência de Putin lhe concedeu um considerável reconhecimento na política (BAKER; GLASSER, 2007).

O estilo linha-dura, representante do nacionalismo pragmático, fez com que a popularidade do então primeiro-ministro crescesse cada vez no cenário nacional (NASCIMENTO, 2008). Assim, em 16 de agosto de 1999, a Duma apontou oficialmente Putin como primeiro-ministro, que assumiu o cargo em meio ao descontentamento popular e ao Processo de Paz no Kosovo, liderado pela OTAN.

Putin se baseia fortemente no pensamento de Primakov, especialmente no que diz respeito à valorização a independência política e protagonismo internacional do país. Visto a

insatisfação popular, e ao alinhamento ao Ocidente nos últimos governos, Putin visualizava a necessidade de adotar uma política pragmática e restaurar a posição do país como grande potência mundial. Assim como explorado no capítulo anterior, Primakov foi o principal precursor do fenômeno denominado Eurasianismo.

Para Mankoff (2007), Putin foi responsável por aprimorar e consolidar a herança político-diplomática de Primakov. Isso se deve ao fato de que, segundo Zhebit (2019), referente ao período pós-Guerra Fria:

Diminuída significativamente em termos territoriais, populacionais, econômicos e militares, em comparação com a União Soviética, o país teve que se deparar tanto com conflitos civis e interétnicos no antigo espaço soviético como segurar tendências separatistas dentro do próprio país, que evoluía pela “trajetória descendente da condição de superpotência mundial ao nível de uma frouxa confederação com fraca presença na Eurásia (JÉBIT, 1993, p. 260 apud ZHEBIT, 2019, p. 423).

Neste sentido, Putin herdou este pensamento, e presava prioritariamente o resgate do *status* do país como grande potência, integração econômica do antigo espaço soviético e busca por parceiros na região da Eurásia, colocando o país como principal representante desta região. Assim, visto a condição em que a Rússia se encontrava, Putin observou uma oportunidade de ganhar popularidade internamente, a partir dos movimentos separatistas que vinham eclodindo novamente.

3.1.1. De primeiro-ministro a presidente: a Segunda Guerra na Chechênia

A trajetória de Putin como primeiro-ministro foi marcada por desafios significativos. Na época, a Rússia vivenciava uma retomada do conflito com a Chechênia, território localizado ao sul do país, sendo rodeado em quase todos os lados pelo território russo, mas compartilha sua fronteira com a Geórgia, nas montanhas do Cáucaso, como mostra o mapa a seguir:

Mapa 2 - Região da Chechênia



Fonte: EQUATTORIA, 2011

A região, que congrega população predominantemente muçulmana, é marcada por diversos conflitos internos, relacionados principalmente à anexação do território no ano de 1859 e, desde então, os chechenos rejeitavam a colonização da Rússia e lutavam pela criação de um Estado islâmico (BBC, 2018).

Contudo, a Chechênia é uma região de forte interesse político russo. Primeiramente, ela fica ao lado do Daguestão, sendo este um ponto estratégico da Rússia, devido às grandes reservas de petróleo e gás natural. Além disso, a região do Daguestão fica próxima ao Mar Cáspio, sendo este fator fundamental para o setor de energia russo no processo de extração e transporte dos recursos do Cáspio.

Ademais, a própria Chechênia apresenta fatores que contribuem para uma instabilidade interna, como a sua vulnerabilidade econômica, instabilidade política, alta densidade demográfica, e uma economia dependente da Rússia. Assim, a partir da queda da URSS, a região vem passando por uma situação muito delicada (KIPP, 2001).

Desta forma, sucedendo a Primeira Guerra da Chechênia, entre 1994 e 1996, que foi marcada pela tentativa de separação do território da Rússia, e protagonizado pelo exército russo e separatistas chechenos, originou-se um conflito que apenas se intensificaria nos anos subsequentes.

Houve a assinatura de um tratado de paz em 1999, entre o então presidente russo, Boris Yeltsin, e a sua contraparte da República da Chechênia, Aslan Maskhadov, a partir do qual entendeu-se que os conflitos teriam sido cessados entre os dois lados. Contudo, na virada para o novo ano, com a nomeação de Putin como novo presidente da Federação Russa, o conflito foi

visto pelo mandatário como oportunidade de demonstração do poderio militar russo (NASCIMENTO, 2008) e, portanto, as hostilidades foram retomadas.

Assim, Putin liderou uma ação militar russa em Grozny, capital da Chechênia. Esta ofensiva do governo foi denominada como uma “operação especial” de contenção ao terrorismo islâmico, presente na região. Contudo, essa ofensiva fez com que o líder russo ganhasse popularidade interna e garantisse a anexação de uma zona de interesse nacional (KIPP, 2001).

Desta forma, a Segunda Guerra da Chechênia (1999-2009), gerou repercussão internacional - especialmente no Ocidente - e prejudicou a imagem internacional de Putin, que havia acabado de iniciar seu mandato. Isto se deve ao uso da força militar contra separatistas, em nome do contraterrorismo, que gerou diversas casualidades no território russo.

Para a população russa – especialmente dentro os conservadores – a conquista de um território que historicamente viveu em conflitos liderados por separatistas, significava o retorno de um líder forte que estava disposto a recuperar a glória da antiga Rússia imperial. Para o Ocidente no entanto, este ato era considerado como uma ameaça, visto o histórico expansionista russo, em que a entrada de Putin poderia representar uma alteração no equilíbrio de poder previamente estabelecido na região da Eurásia.

Assim, houve diversas discussões sobre intervenções da OTAN e de quais medidas seriam tomadas pela Organização e pelos Estados Unidos, especialmente quando se leva em conta a tentativa de aproximação com os norte-americanos no governo de Yeltsin.

Quando Putin assume o governo, no ano de 2000, seu país passava por um período de instabilidade econômica, marcado pelo enfraquecimento cada vez maior dos partidos políticos comunistas e a concentração do poder econômico na mão dos maiores acionistas de petróleo do país. Os oligarcas, que basicamente controlavam a economia russa no governo de Yeltsin, esperavam a mesma forma de relacionamento com o novo presidente (POPOVA, 2017). Porém, o posicionamento mais assertivo de Putin, combinado a sua postura de um líder forte no poder – assim como tinha sido costume nos governos da URSS –, dificultou a influência dos oligarcas no governo. Ao mesmo tempo, Putin possuía o conhecimento de que o governo não era capaz de se manter economicamente sozinho. Assim, Putin mantinha os oligarcas como conselheiros de seu governo, tentando ao máximo afastá-los de suas decisões políticas.

Por isso, seu primeiro mandato foi marcado por uma tentativa de conciliar os interesses dos acionistas das indústrias nacionais de petróleo e, ao mesmo tempo, ter controle e autonomia em seu governo. Para Olcott (2014), “*Outcome was more important than process for Putin, a man schooled in the communist tradition, especially when process, as defined by proponents*

and fair elections, gave considerable advantage to those who had access to large amounts of capital” (OLCOTT, 2014, p.9).

Em se tratando do conflito checheno, Putin acreditava que, por ser um conflito interno à Federação, a OTAN e a União Europeia não tinham legitimidade de intervenção. Por isso, as condenações em documentos da OTAN quanto à postura da Rússia diante dos atos militares na Chechênia não foram mais levadas em consideração pelo presidente. Ficava subentendido por grande parte do Kremlin e das forças armadas russas, que não estava presente na agenda da OTAN incluir os interesses da Rússia ou incluir o país como membro permanente da aliança, mas sim, dificultar suas ações na região que outrora pertencera ao bloco soviético (NASCIMENTO, 2008). Em outras palavras, na visão russa, o objetivo da Organização e dos países pertencentes à União Europeia era o de minimizar a influência russa no cenário internacional.

Por um lado, o presidente acreditava que os Estados Unidos buscavam promover uma falsa democracia na região da Eurásia – visto as divergências econômicas e políticas inerentes a cada país que impossibilitavam a adoção de um modelo único político - visando atingir os próprios interesses (KUMAR, 2016). Por outro, tinha-se o conhecimento da posição que Moscou assumia, com sua economia baseada nas grandes indústrias de petróleo. Este fator era relevante, já que grande parte dos compradores de petróleo russo, estavam localizados na Europa. Por isso, a cooperação com a União Europeia e instituições ocidentais era favorável economicamente para a Rússia, colocando o país no dilema de qual rumo seguir (KANET; PIET, 2014).

Neste cenário de dualidade, alguns defendiam que Moscou se aproximasse da UE – em especial, os oligarcas que estavam envolvidos no governo - fator que diminuiria a influência da OTAN na região. Porém, apesar da rejeição da legitimidade do expansionismo Ocidental, o país preferia lidar com a Organização do que com a UE, pois os russos valorizavam sua posição de influência no Conselho OTAN-Rússia (COR) (KANET; PIET, 2014). Isso se devia ao fato de que o órgão fornece um mecanismo para obtenção de consenso e cooperação em relação a diversas questões de segurança na região euro-atlântica (NATO-RUSSIA COUNCIL, 2002).

Em outras palavras, o Conselho servia como um instrumento que garantia a inclusão da Rússia em assuntos relacionados à segurança regional, especialmente à guerra ao terrorismo, combate a crises e assuntos relativos à não-proliferação de armamentos. Assim, o governo russo poderia utilizar esta oportunidade para condenar os ataques terroristas na Chechênia, justificando seus atos revisionistas na região e, ao mesmo tempo, até certo ponto, garantia que

uma possível intervenção da OTAN no conflito não pudesse ser realizada sem sua aprovação, visto que o país possuía poder de decisão dentro do COR.

Com base nessa lógica, a UE gradualmente se tornara um importante parceiro comercial da Rússia no primeiro mandato de Putin. Em 2001, o Primeiro Ministro Kasyanov afirmou que a relação Rússia-UE era baseada em boas relações, mas não significava necessariamente que o país estivesse interessado em se juntar à União (SMITH, 2002).

Apesar do ganho de popularidade de Putin com o êxito no conflito da Chechênia, o uso da força no combate ao terrorismo e as constantes acusações de violações dos direitos humanos gerou dúvidas quanto ao processo de aproximação com os países europeus. Ademais, o constante aumento do uso da força na política doméstica - que se intensificou ainda mais em seu segundo mandato - dificultava ainda mais a cooperação com o Ocidente (KANET; PIET, 2014).

Porém, a visão internacional da Rússia pareceu se alterar significativamente quando, em setembro de 2001, a segurança nacional e os riscos do terrorismo se tornaram o foco de discussões na comunidade internacional. Seria esta a oportunidade de Putin tentar alterar a imagem que seu país possuía no Sistema Internacional?

3.1.2. O 11 de Setembro e o ensaio da cooperação Rússia-OTAN

Os ataques às Torres Gêmeas de Nova York e ao Pentágono, em Washington, no dia 11 de setembro de 2001, significaram uma mudança simbólica ⁸ nas relações entre o Ocidente e a Rússia e, conseqüentemente, entre a OTAN e Moscou, visto a relação histórica de inimizade entre os dois lados. (NASCIMENTO, 2008).

O Conselho OTAN-Rússia se reuniu e afirmou que os países membros da Organização e a Rússia já haviam sofrido ataques terroristas o suficiente e que os eventos do 11 de setembro haviam tomado uma escala além dos limites aceitáveis (DALEY, 2001). Em outras palavras, a Rússia, que vinha lidando com o conflito de separatistas islâmicos na região da Chechênia, se utilizava dos ataques terroristas nos EUA como oportunidade de enfraquecer a força islâmica em suas fronteiras, e poderia abafar as críticas que o governo recebia por se utilizar da força militar contra os separatistas chechenos. Assim, o Conselho, estabelecido pelos rivais do

⁸ A união entre os dois atores, em prol de um objetivo comum (combate ao terrorismo), abria espaço para novas oportunidades de cooperação futuras, algo que seria benéfico para ambos os lados à longo prazo. Ademais, este foi o primeiro momento que houve de fato uma cooperação entre a Rússia e a OTAN.

período da Guerra Fria, iria intensificar a cooperação com o objetivo comum de combater o terrorismo em escala global.

Neste sentido, o posicionamento russo foi contundente e indicava uma inclinação à colaboração com os países ocidentais, visto que, desde o início do governo Putin, o presidente não demonstrara esforços de apoiar-os de forma direta – visto a busca por uma Rússia mais pragmática e independente - como se observa em:

Russia's support for the United States and the alliance as a whole has been unusually forthright rooted in what Moscow perceives as a common cause: the fight against Islamic radicalism. Russia has portrayed the war in Chechnya as a struggle against Islamic fanatics and has blamed the same forces for the instability on its southern borders (DALEY, 2001, p. 17).

Para a OTAN, a significância dos ataques terroristas era a de que a Organização deveria continuar a existir após a dissolução da URSS, para conter potenciais situações como esta. Por outro lado, na visão da Rússia, o ocorrido foi uma oportunidade de gerar uma impressão de reaproximação estratégica aos EUA, identificando os ataques da Al Qaeda com as ações dos separatistas chechenos, por meio da característica do radicalismo islâmico e, assim, tentando mostrar que a Rússia já estava ativamente engajada com o combate ao terrorismo com essas características e que este, inclusive, estava próximo às suas fronteiras (NASCIMENTO, 2008).

Neste período, pode-se observar que a cooperação OTAN-Rússia era o foco do país, que se via em uma posição de fragilidade econômica. Assim, o país aceitou sem protestos a invasão do Afeganistão em outubro de 2001 por uma coalizão britânico-americana. Tolerou também, a revogação do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos em dezembro do mesmo ano, realizada pelo governo americano. Este ato foi realizado por Washington, visando o desenvolvimento do programa de defesa contra mísseis americanos, sendo esta, uma iniciativa que deixava de envolver o governo russo em uma questão de segurança internacional. Por fim, não demonstrou nenhuma reação em relação à decisão da OTAN em 2002 de admitir à Aliança, em 2004, países próximos à Rússia, como a Romênia, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia e, principalmente, Estônia, Letônia e Lituânia (NASCIMENTO, 2008).

O conjunto destes fatores levou grande parte dos governos ocidentais a acreditar, que assim como Gorbachev e Yeltsin, Putin estava determinado a se integrar ao Ocidente e a aceitar a crescente influência daqueles no Leste Europeu. Assim, a administração de Bush nos EUA permaneceu com o objetivo de expandir a influência da OTAN nas regiões do Cáucaso e da Ásia Central, e esperar uma anuência por parte de Moscou. Neste sentido, pode-se dizer que as

relações entre Moscou e Washington passaram a ser marcadas pela *realpolitik* e cálculos de vantagens geopolíticas e econômicas (LYNCH, 2012).

3.1.3. Eurasianismo: o início da deterioração das relações Rússia-OTAN

Apesar do aparente bom relacionamento com o Ocidente e de uma política externa mais reservada adotada pelo presidente Vladimir Putin até 2001, uma série de fatores levaram a um gradual distanciamento entre os dois lados - remetendo ao sentimento de rivalidade do período da Guerra Fria - que se intensificaria nos anos subsequentes.

Entre o governo de Gorbachev e Putin, a Rússia passara por um período de fragilidade econômica, fator que favoreceu a relação de submissão aos interesses americanos. Contudo, com o aumento significativo dos preços de gás natural e petróleo e a desvalorização do rublo advinda das crises financeiras de 1998, a economia russa, no início do governo Putin, passava por um crescimento econômico de 7% ao ano (KANET; PIET, 2014). Neste momento, o país experimentou uma maior independência econômica, o que gerou a possibilidade de uma política mais pragmática e independente.

A partir de abril de 2003, com a invasão norte-americana e britânica do Iraque, observava-se os rumos que a OTAN pretendia tomar com relação à segurança mundial. Visto que a França e a Alemanha eram contrárias à decisão de invasão ao Iraque, a Rússia passou a revisar seu posicionamento. Esse posicionamento da Alemanha e da França, pode ser explicado por uma questão de interesses econômicos, visto que os países são os maiores compradores de petróleo da Rússia. Assim, com o constante crescimento econômico russo, as boas relações com os seus compradores de recursos naturais era uma das grandes prioridades do governo Putin. Assim, o país passa a priorizar relações bilaterais com Washington ou com as capitais europeias, em detrimento das relações com a OTAN (NASCIMENTO, 2008).

Ademais, gradualmente foi se percebendo pela administração de Putin que os rumos que a Organização estava tomando, não envolviam incluir os interesses da Rússia ou dos países membros, já que também os Estados Unidos demonstravam claramente fazer alianças com países individualmente e deixavam de lado as vontades da OTAN como um todo.

No mesmo ano, a intervenção ocidental na Revolução Rosa⁹, na Geórgia, elevou o nível de alerta da Rússia quanto ao expansionismo ocidental. Na ocasião, ONGs norte-americanas,

⁹ A Revolução Rosa, foi um movimento pacífico, ocorrido em novembro de 2003, na Geórgia em resposta ao resultado considerado fraudulento das eleições parlamentares. Os protestantes demandavam a resignação do então

como a NDI (*National Democratic Institute*), intervieram nas eleições do país e apoiaram os manifestantes locais para tirar o presidente Shevardnadze do poder e colocar o ex-Ministro da Justiça, Mikheil Saakashvili, em seu lugar (KANET; PIET, 2014). Visto que as intervenções externas à Geórgia auxiliaram na eleição de um presidente pró-Occidente, o fato gerou grande desaprovação por parte da Rússia. Não obstante, situação similar ocorreu na Ucrânia, com a ascensão da Revolução Laranja¹⁰, em 2004, constituindo-se como um fator decisivo na mudança da postura de Putin (SHLAPENTOKH, 2009).

Similarmente à Revolução Rosa, a Revolução Laranja surgiu como um movimento em resposta a resultados eleitorais fraudulentos na Ucrânia, em novembro de 2004. Suas origens se deram no mesmo ano em que o então presidente, Leonid Kuchma, indicou seu Primeiro Ministro, Viktor Yanukovich, à presidência, sendo este apoiado por Vladimir Putin. Seu maior rival, era Viktor Yushchenko, que defendia o fim da corrupção na Ucrânia (DICKINSON, 2020). Contudo, Yushchenko teve sua campanha censurada pelo governo, e houve provas de que o mesmo foi envenenado em setembro de 2004.

Nas eleições de 31 de outubro do mesmo ano, os votos foram quase divididos entre os dois candidatos, mas Yanukovich foi eleito presidente, fator que gerou uma série de protestos e ficou conhecido como a Revolução Laranja. Assim como na Revolução Rosa, o país teve apoio de ONGs ocidentais – como a *International Centre for Policy Studies* (ICPS) e Pravo - que favoreceram a população e a eventual anulação dos resultados das eleições, em dezembro de 2004. Assim, em janeiro de 2005, Yushchenko recebeu a maioria dos votos, e assumiu o cargo da presidência na Ucrânia, para o descontentamento russo, que perdeu mais uma área de influência (DICKINSON, 2020).

Com base nestes eventos, observou-se que:

Given suspicions in Moscow of the role played by the United States in the “color revolutions” in Georgia and Ukraine (later admitted by the current US ambassador to Russia, Michael McFaul), rather than viewing these events as domestic struggles to rectify perceived electoral shortcomings, Moscow’s view was that, as in the Cold War, the United States was selectively employing the rhetoric of democracy as a cover for intervention and for the installation of US-friendly governments by means of “full-scale

presidente Eduard Shevardnadze, que estava no poder a 30 anos. O resultado dos protestos, foi uma ação liderada por Mikhaíl Saakashvili, que invadiu junto a população o parlamento georgiano. Em 2004, Saakashvili foi eleito presidente da Geórgia, e sua ideologia era fortemente associada a políticas ocidentais, algo inédito no país pós-soviético (BBC, 2005).

¹⁰ A Revolução Laranja, foi marcada como uma série de movimentos e protestos na Ucrânia, que ocorreram entre os anos de 2004 e 2005, referente a alegações de fraudes eleitorais e corrupção, nas eleições presidenciais de 2004 do país. A população, inspirada pelos movimentos que haviam ocorrido recentemente na Geórgia, protestava a vitória de Viktor Yanukovich – candidato apoiado por Putin – em apoio a Viktor Yushchenko. Devido à grande comoção popular, que tomou gradualmente uma maior escala, as eleições foram anuladas pela Suprema Corte da Ucrânia, e uma nova foi anunciada no dia 26 de dezembro de 2004. Nesta, que recebeu intensa fiscalização na contagem de votos, apontou o candidato Yushchenko como novo presidente do país, que passou a assumir o cargo em janeiro de 2005.

geopolitical special operations. (MANKOFF, 2012, p. 110–111 apud KANET; PIET, 2014, p. 60).

Os atos intervencionistas supracitados, juntamente ao expansionismo da OTAN de 1999 até 2004 (ano em que Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia Lituânia e Romênia ingressaram) fez com que a Rússia se sentisse ameaçada, visto que os países vizinhos ao seu território estavam sendo tomados pela promoção forçada da democracia americana. Desta forma, se iniciou em Moscou um renovado caminho pragmático no que tange a política externa, que possui características tanto dos entusiastas ocidentalistas quanto dos Eurasianistas (NASCIMENTO, 2008).

Seguindo a tendência estabelecida por Primakov no governo de Yeltsin, o presidente Putin atribuiu ao país a responsabilidade de garantir a paz na região da Eurásia. Desta forma, se distanciou da influência ocidental e passou a alinhar seu pensamento à tradição histórica e cultural do Eurasianismo (TRENIN, 2016).

No ano de 2000, estabeleceu-se o Conceito de Política Externa da Federação Russa, em que se explicitava a significância do espaço soviético para os russos. O documento recomendava:

Garantir a segurança [...] do país, preservar e reforçar a sua soberania e integridade territorial, alcançar posição sólida e de prestígio na comunidade mundial, [...] consistente com os interesses da Rússia como grande potência [...] Influenciar os processos mundiais gerais com o objetivo de formar uma ordem mundial construída sob [...] normas do direito internacional; Criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, aumentando o padrão de vida da população [...] Formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia [...] Promover uma percepção positiva da Federação Russa mundialmente [...]. (RÚSSIA, 2000 apud QUADROS; MACHADO, 2015, p. 592).

Visto que a tentativa de implementação de uma democracia ao estilo norte-americano na Geórgia, no Cazaquistão e na Ucrânia foi catastrófica, na visão do governo e do povo russo, o país se sentia na necessidade de adotar uma política única e que levasse em conta, acima de tudo, o interesse nacional. Por isso, instaurou-se uma noção de “busca pela multipolaridade” como prioridade do governo, que reflete a diversidade do mundo moderno com sua grande variedade de interesses, de acordo com o documento.

Contudo, o próprio conceito da multipolaridade é polissêmico e está aberto a interpretações. No sentido mais tradicional, a multipolaridade pode ser definida como uma distribuição de poder na qual mais de dois Estados igualmente poderosos disputam o domínio. Nesse sistema, os Estados podem ajustar seu relacionamento por vontade própria (AKTUNÇ, 2022).

De acordo com algumas abordagens construtivistas, a multipolaridade se dá apenas como um discurso de política externa de diversos países, especialmente a Rússia. Kurovska (2014), citado por Soluianov (2021), argumenta que o discurso russo de multipolaridade atua como uma forma de resistência à hegemonia liberal dos países ocidentais, pois implica o direito de polos regionais de poder determinarem, de forma independente, como aplicar os valores democráticos e como defenderem suas cultura e instituições contra a dominação ocidental.

Também citado por Soluianov (2021), Alekseeva-Karnevali (2021) afirma que uma ordem mundial multipolar é um discurso russo apoiado pela China e, em menor medida, pela Índia, e que esse discurso funciona apenas dentro de seu bloco de influência. Desta forma, a multipolaridade não pode ser considerada como um modelo válido de ordem mundial, pois apenas uma parcela dos atores do sistema internacional concorda com ela.

Como observado no capítulo anterior, a política externa de Kozyrev (1990-1996) estivera fortemente voltada aos interesses ocidentais, enquanto Primakov, no final dos anos 90, instaurara a doutrina de multipolaridade, que estivera mais voltada a uma abordagem realista, mas, ao mesmo tempo, fora marcada pela luta contra a política do poder (KRATOCHVÍL, 2002).

Alguns autores de política externa norte-americana, como Wohlforth (1999), citado por Kratochvíl (2002) acreditavam que estavam em uma ordem internacional unipolar e, portanto, os debates estavam mais relacionados a durabilidade e estabilidade da hegemonia americana, especialmente após os eventos do 11 de Setembro, em que o foco era a guerra contra o terrorismo.

Na Europa, a lógica da multipolaridade é considerada como uma prioridade e está fortemente vinculada ao multilateralismo (SCHULZE, 2022). Este se dá por um processo de organização das relações entre grupos de três ou mais Estados. Além desse aspecto quantitativo básico, o multilateralismo é geralmente visto como um instrumento que engloba certos princípios qualitativos, que moldam o caráter dos Estados e instituições. Esses princípios são: a indivisibilidade de interesses entre os participantes, o compromisso com a reciprocidade difusa e o sistema de solução de controvérsias destinado a impor um determinado modo de comportamento (SCOTT, 2015).

Assim, pode-se dizer que, para os países ocidentais, de uma forma geral, as instituições multilaterais garantem a predominância da lei internacional. Para os russos, conforme as ideias de Primakov, essas mesmas instituições são estruturas dominadas pelo Ocidente e utilizadas como um instrumento para excluir a Rússia e seus interesses, em favor de seus próprios interesses e objetivos (STRONSKI; SOKOLSKY, 2020).

Desta maneira, Stronski e Sokolsky (2020) concluem que:

The Russian approach to multilateral engagement is geared primarily to shoring up Russian sovereignty and Russia's privileged role in the world as a great power. Russia's preferred multilateral institutions are those where member states treat each other equally and pledge neither to impinge on each other's sovereignty nor bind each other in ways that are detrimental to member state interests. Russia, therefore, favors international organizations that make decisions on a consensual basis, as opposed to institutions with supranational powers that can impose obligations on its members. (STRONSKI; SOKOLSKY, p. 202).

Desta forma, para Primakov, o conceito da multipolaridade ajudou a construir um consenso na política doméstica do país, já que buscava uma política externa independente, baseada na construção de relações com países asiáticos e no protagonismo russo. Em contrapartida, a abordagem adotada por Kozyrev, no início dos anos 1990 era mais voltada ao Ocidente, e englobava a adoção de políticas liberais e forte abertura econômica, fator que reduzia a independência e protagonismo internacional da Rússia. Este consenso, permitiu uma forma de contrabalancear as aspirações americanas de criar um monopólio global (ARBATOV, 2000), trazendo o interesse nacional da Rússia como foco.

Além disso, este conceito serviu como instrumento nacional para desenvolver relações bilaterais com outros polos de poder. Neste sentido, observa-se que a imprecisão do conceito permitiu uma flexibilização de sua interpretação. Em outras palavras, permitiu uma “multipolaridade seletiva”, na qual não se incluía os interesses dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que permitia uma possível aproximação, não só com a China, mas também com a França, Índia, Japão, Brasil e até mesmo países da ASEAN. (KRATOCHVÍL, 2002).

Assim, a definição da “multipolaridade” buscada no governo de Putin, pode ser atribuída a uma forma de priorizar os interesses nacionais da Rússia, realizando parcerias seletivas, com o intuito de contrabalancear a intervenção Ocidental na região da Eurásia. Este fator, levou muitos autores a associar as políticas do país como uma forma de “resgate” do Eurasianismo, defendido por Primakov.

Portanto, o conceito da multipolaridade russa se baseia em diversos pressupostos (KUMAR, 2016), listados a seguir:

- (1) A Rússia acredita que em um sistema unipolar, ela não tem capacidade de combater a influência dos EUA;
- (2) A multipolaridade russa busca favorecer os interesses geopolíticos do próprio país, assim como o de outros países subdesenvolvidos, diminuindo a influência internacional norte-americana;

- (3) A Rússia sabe suas limitações. Por isso, buscou se alinhar a países que apresentaram rápido crescimento. Dentre eles, Brasil, China e Índia, fator que estabeleceu um avanço na formação do BRICS;
- (4) O país criou e promoveu diversas organizações multilaterais, sendo um dos precursores do BRICS e da Organização para Cooperação de Xangai;
- (5) Uma aliança com a China seria crucial para resultar em uma multipolaridade, levando-se em conta as crises políticas nos EUA e na UE, deixando claro para a Rússia que o mundo estava gradativamente chegando a uma ordem multipolar naturalmente.

Com base nos pressupostos definidos, o país instaurou alguns objetivos a serem seguidos (KUMAR, 2016). Primeiramente, observa-se a restauração do orgulho da Rússia como uma das prioridades e a integração econômica do antigo espaço soviético, visto que uma das bases da teoria do Eurasianismo é a ideia de que a posição geográfica do espaço eurasiático, acarreta uma forma imperial de organização política, fazendo com que os Estados da ex-URSS recém independentes naturalmente se revertam a uma unidade política unificada (LARUELLE, 2012).

Observa-se, ao longo dos primeiros anos do governo Putin, uma intensificação cada vez maior deste processo de rejeição russa ao Ocidente, deixando claro que a Rússia queria deixar de lado qualquer memória de humilhação ou fraqueza do país, especialmente após o descontentamento público com o governo pós-URSS.

Outro objetivo estabelecido, foi o combate à tentativa ocidental de mudança de regime em países vizinhos, em resposta à constante expansão da OTAN e aos acontecimentos das Revoluções Coloridas na Geórgia e Ucrânia, citadas anteriormente. Ademais, seguindo a lógica do Eurasianismo, se instaurou o objetivo de afastamento da política centrada no Ocidente e a busca por parceiros na Ásia, especialmente o fortalecimento das relações com a China, país com qual o governo russo buscava parceria desde 1996, na era de “Os Cinco de Xangai”.

Os Cinco de Xangai era um grupo composto pela China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Em 15 de junho de 2001, esses países realizaram os avanços necessários para dar origem à Organização da Cooperação de Xangai (OCX), que possuía como principais objetivos a cooperação militar com vistas à segurança nas fronteiras dos países membros, o combate ao terrorismo nacional e internacional, o combate ao separatismo e a cooperação econômica (MIRHAN, 2019).

Pode-se dizer que – economicamente e institucionalmente – a celebração da OCX foi a maior realização multilateral desta fase do governo Putin. A aproximação entre Pequim e Moscou significou um grande passo em relação ao objetivo de rejeição ao Ocidente e

aproximação com países asiáticos, visto que a China era uma economia que apresentava rápido crescimento econômico desde então (NASCIMENTO, 2008).

Assim, vale destacar que a OCX se tornou o instrumento mais importante para desafiar a ordem unipolar que os Estados Unidos buscavam manter. Uma aproximação entre Rússia e China se deu, principalmente, pelas afinidades políticas que possuíam, refletindo também o caráter autoritário dos dois líderes em seus sistemas políticos (HILL, 2021). Além disso, em termos de política externa, essa similaridade parece se perpetuar, já que a agenda de ambos países se alinham, como afirma Hill (2021):

In particular, challenging US primacy and antipathy to what they portray as Western revisionist efforts to impose a “liberal” character on the rules-based international order, characterising this as a vehicle for US hegemony. Instead, Russia asserts the centrality of the UN-based international legal framework, especially the principle of non-interference in the internal affairs of sovereign states – a precept strongly endorsed by Beijing (HILL, 2021, n.p).

Tendo em vista o posicionamento do governo russo neste período e as medidas tomadas por ele – principalmente em resposta às Revoluções Coloridas instauradas em países vizinhos – observa-se um gradual processo de intensificação das políticas adotadas por Putin. Após os eventos da Revolução Laranja, em fevereiro de 2005, o presidente afirmou à imprensa eslovaca que não permitiria nenhum tipo de interferência externa à Rússia que viesse a significar uma manipulação do Estado, como fora feito na Ucrânia (KANET; PIET, 2014).

Assim, para reduzir a possibilidade de possíveis intervenções, diversas estratégias foram adotadas pelo Kremlin. Primeiramente, vemos o desenvolvimento e implementação da “Democracia Soberana”¹¹, que garantiria a autonomia do espaço doméstico russo e auxiliaria o país a manter sua independência, integridade territorial e estabilidade.

Além disso, em vista do papel contestador de protestos protagonizados por jovens nas revoluções da Sérvia, Geórgia e Ucrânia, o Kremlin estabeleceu um movimento nacionalista pró-Putin, denominado *Nashi*, visando mobilizar o suporte à ordem constitucional russa e prevenir uma Revolução Colorida nacional (KANET; PIET, 2014).

¹¹ A Democracia Soberana, foi um termo criado e desenvolvido pelo Vice Chefe da Administração Presidencial Russa, Vladislav Surkov, em 2006. Este termo estabelecia uma forma de democracia única adotada pelo governo, em resposta às tentativas de implementação de uma democracia liberal ocidental no território russo. Ela afirma que a Rússia é uma democracia e este fato nunca deve ser questionado por nenhum Estado, ou tal ação será vista pelo Kremlin como uma intervenção indesejada em seus assuntos internos. A ideologia democrática russa, retratada dentro da Democracia Soberana, afirma que tanto a soberania quanto a democracia são políticas socialmente e culturalmente determinadas e que, portanto, a ideologia ocidental era incompatível com os interesses russos (FISHER, 2014).

Ademais, juntamente com o uso do *hard power* utilizado pela OTAN em sua onda de expansionismo e o plano de estabelecer bases militares norte-americanas na Romênia e na Bulgária, o país reconheceu o papel de ONGs ocidentais como uma estratégia estadunidense de *soft power*¹² na região que, na visão de Putin, objetivava dispersar a influência russa no espaço pós-soviético (MITCHELL, 2012).

Como solução, o governo Putin introduziu, em 2006, novas leis e regulamentações para atuação de ONGs estrangeiras, que passariam por um processo de monitoramento em suas finanças e atividades. No restante de seu mandato, essas regulamentações continuaram se intensificando à medida que o governo fornecia cada vez mais auxílio a ONGs russas para reduzir sua dependência de fundos estrangeiros (KANET; PIET, 2014).

Por fim, uma das principais preocupações do governo russo era a da atuação da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) na região, principalmente quando se tratava da acusação de manipulação das eleições em 2004 e de que a Rússia controlava a mídia local do país, buscando favorecer os próprios interesses.

Esta preocupação se tornava mais pertinente, pois em outras Revoluções Coloridas, a falsificação das eleições presidenciais foram fatores decisivos na alteração de regimes democraticamente eleitos e as relações entre Rússia-OSCE vinham se deteriorando ao longo dos anos, especialmente devido ao posicionamento de oposição ao Ocidente no governo Putin. Assim, levando-se em conta o expansionismo da OTAN, era claro para o governo que a OSCE não incluía em sua agenda um plano de segurança que englobava a Europa juntamente à região pós-soviética. Desta forma, a Rússia, juntamente com a CEI e a OCX, estabeleceram o seu próprio órgão de monitoramento (BORISOV; IGNATOV, 2012).

Contudo, apesar do alto nível de alerta russo quanto aos interesses ocidentais de interferência nas eleições locais, nenhum membro da OSCE participou das eleições presidenciais na Rússia entre 2007 e 2008, que levaria Dmitri Medvedev ao cargo de presidente da Federação Russa.

¹² Em Relações Internacionais, o termo “poder” pode ser definido como a “habilidade de afetar os outros para obter resultados desejados” (NYE, 2009, p.61). O *hard power* se relaciona ao poder coercitivo a partir de ameaças, intervenção militar, diplomacia coercitiva e sanções econômicas (WILSON, 2008). Já o *soft power* pode ser definido como “a capacidade de persuadir os outros para atingir seus objetivos” (WILSON, 2008, p. 114). Diferentemente do *hard power*, envolve o poder intangível, como a cultura, ideologia e instituições.

3.2. O Irredentismo Russo? Intervenções na Geórgia e Ucrânia (2007-2015)

Na primeira parte deste capítulo, foi possível observar algumas claras mudanças no comportamento do governo Putin ao longo dos anos. A gradual rejeição ao Ocidente se deu principalmente pelo constante expansionismo da OTAN, com sua pretensa promoção de uma democracia na região da Eurásia, juntamente à tentativa de alteração de regimes democraticamente eleitos, como se observou na Geórgia e na Ucrânia. A partir da busca pela multipolaridade como prioridade do governo até a entrada de Medvedev ao governo, Putin colocava os interesses do país à frente da tentativa de cooperação com os países ocidentais, visto que os interesses norte-americanos e russos eram considerados incompatíveis e dificilmente seriam reconciliados (KUMAR, 2016).

O conflito de interesses entre os dois lados, remete ao antagonismo do imediato pós-Guerra Fria, que marcou uma alteração estrutural no sistema internacional, com o fim da bipolaridade mundial, e a dissolução da URSS. Autores como Sakwa (2021), ressaltam que, do lado ocidental, fazia sentido a mentalidade de expansão de sua ideologia. Assim, utilizou-se a imagem da OTAN como um símbolo do liberalismo ocidental. Já a Federação Russa demonstrava interesse em se aliar aos países da Organização, contudo, os líderes em Moscou desejavam uma ordem de segurança mutuamente inclusiva e que fosse dominada pela lei internacional.

Assim, conclui-se que a mentalidade russa do pós-Guerra Fria, era marcado pela transformação, enquanto que a americana, era marcada pelo expansionismo, fator que impede a cooperação Rússia-OTAN (SAKWA, 2021). Por isso, o país acredita que a implementação de políticas liberais e instituições democráticas no território russo, não teria resultados positivos, como se observa em: “A democracy has to evolve from within and cannot be artificially imposed from outside. It is not anti-Western, but is opposed to the Western policy of intervention and regime change in the name of democracy” (KUMAR, 2016, p.219).

Desta forma, o medo de uma possível e subsequente “Revolução Colorida” na Rússia, que poderia alterar o atual regime instaurado na região, juntamente à radicalização do processo de globalização nos territórios próximos ao país (SAKWA, 2021), levou o governo Putin a deixar de tentar alterar o sistema, e, ao invés disso, mudar as suas práticas. Dentre elas, além da aproximação com países vizinhos e da rejeição a políticas ocidentais, observou-se a retirada russa do Tratado CFE (NASCIMENTO, 2008), e a instauração de uma política externa pragmática, buscando restaurar a personalidade do Estado russo (MIGRANYAN, 2015 *apud* KUMAR, 2016). Até que, em 2007, Putin realizou um controverso discurso na Conferência de

Segurança de Munique, que, na visão de alguns analistas, deu origem à segunda fase de seu governo.

Neste discurso, ocorrido oficialmente em 10 de fevereiro de 2007, o presidente acusou os Estados Unidos de estarem causando uma nova corrida nuclear, a partir do desenvolvimento de mísseis balísticos, de usar instituições internacionais a seu favor e de tornar o Oriente Médio ainda mais instável a partir de seu comportamento inadequado na Guerra do Iraque (SHANKER; LANDLER, 2007).

Este posicionamento de Putin (2007), é evidenciado em:

One state and, of course, first and foremost the United States, has overstepped its national borders in every way. This is visible in the economic, political, cultural and educational policies it imposes on other nations. Well, who likes this? Who is happy about this?(...) I want to emphasise this – no one feels safe! Because no one can feel that international law is like a stone wall that will protect them. Of course such a policy stimulates an arms race (...) The force's dominance inevitably encourages a number of countries to acquire weapons of mass destruction. Moreover, significantly new threats – though they were also well-known before – have appeared, and today threats such as terrorism have taken on a global character (PUTIN, 2007).

Pode-se definir este como um momento marcante na ruptura com o Ocidente, visto que Putin, pela primeira vez, acusou diretamente os Estados Unidos de suas ações envolvendo a OTAN e seu expansionismo na área de influência russa. Como já observado anteriormente, as diversas ações intervencionistas do Ocidente, juntamente à promoção de uma democracia que era incompatível com os interesses russos, levaram a esta inusitada resposta do presidente.

Putin explicita estes fatores, apresentando as diversas ações americanas que dificultaram a aproximação entre o Kremlin e Washington desde o seu primeiro-mandato como presidente, e questionou a atuação da OTAN nos estados bálticos, afirmando que “a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização da Aliança (...) Temos o direito de perguntar: para quem essa expansão é direcionada? ” (PUTIN, 2007).

Ademais, abordou a questão da atuação da OCDE na região, que segundo o presidente, haviam esforços de transformar a OSCE em um instrumento para promover os interesses de PEx de países ocidentais.

Por fim, tratou da questão da unipolaridade mundial, em que os Estados Unidos, a partir do uso da força, buscam manter a sua posição como único soberano no sistema internacional, tornando as relações internacionais baseadas no uso da força militar como instrumento de poder:

I consider that the unipolar model is not only unacceptable but also impossible in today's world. And this is not only because if there was individual leadership in today's – and precisely in today's – world, then the military, political and economic

resources would not suffice. What is even more important is that the model itself is flawed because at its basis there is and can be no moral foundations for modern civilisation (PUTIN, 2007).

Concluiu, assim, dizendo que as ações militares americanas, além de unipolares e ilegítimas, não foram capazes de resolver nenhuma situação, apenas criaram mais perigo e instabilidade para o mundo, já que, segundo Putin (2007), as guerras e conflitos regionais não reduziram.

Como será visto a seguir, este discurso impossibilitou qualquer possibilidade de relação amistosa entre Rússia-OTAN, e foi acompanhado de duas posteriores ações intervencionistas. A Guerra Russo-Georgiana, em 2008, e a Anexação da Crimeia, em 2014. Neste sentido, utilizou-se o termo *irredentismo* para definir este período da Rússia, devido ao resgate da doutrina de nacionalidade oficial, conceito definido por Pain (2016), como o conceito de proteger o *Russkii Mir* (Mundo Russo) nos territórios que já pertenceram ao Império Russo”.

Assim, pode-se dizer que esse posicionamento do país, de se colocar como principal representante das regiões de etnia russa, gera uma continuidade ao pensamento do Eurasianismo, e pode ser associado ao conceito de irredentismo, já que, segundo Baird (2015, p.1): *“Irredentism refers to any position advocating that a nation-state should — on the basis of ethnic, cultural, geographical, or historical connections—annex territory that is controlled by, or is within the national boundaries of, another country”*.

Ademais, Miholjic (2020, p. 94) argumenta que este sentimento de nacionalidade oficial, advindo do irredentismo, foi uma das principais motivações para o governo russo realizar a anexação da Crimeia, visto que: *“Moscow claimed that the Russians in Crimea were threatened by anti-Russian sentiment and that Russia intervened in order to protect its conationals who, by ethnic and historical ties, rightfully belong to the parent nation”*.

3.2.1. O Governo Medvedev e a Guerra Russo-Georgiana

Como observado na primeira parte deste capítulo, Dmitry Medvedev assumiu a presidência em 2008, visto que, o mesmo era aliado de Putin ao longo de seu governo, fazendo com que suas decisões políticas fossem muito similares. Contudo, poucas mudanças governamentais puderam ser observadas. No momento em que assumiu o governo, o país experimentava grande isolacionismo internacional, especialmente com as políticas instauradas anteriormente por Vladimir Putin. Ademais, o país passava por um momento de fragilidade econômica, decorrente da crise financeira nos Estados Unidos e da Europa, que impactou

diversas áreas da economia mundial, especialmente a queda do preço internacional do petróleo. As políticas de restrição de entrada de crédito exterior também contribuíram para o fim da “era dourada”¹³ econômica russa em 2007 (POPOVA, 2017).

O cenário interno, portanto, era de grande insatisfação popular, advinda não apenas da fragilidade econômica russa, do endurecimento das políticas internas no governo Putin e do posicionamento antagonista já mencionados, mas também da intensificação da repressão à oposição política e a dificuldade de atuação de ONGs estrangeiras defensoras dos direitos humanos na Rússia.

Algumas das propostas de governo de Medvedev incluíam reformas legais e uma modernização do país no cenário doméstico, assim como uma amenização das restrições com relação à instalação de ONGs estrangeiras no país, instauradas por Putin em 2006. Ademais, o novo presidente buscava uma reforma econômica de cunho liberal, para que o país não ficasse exclusivamente dependente da exportação de petróleo e gás natural (POPOVA, 2017).

No cenário externo, Medvedev propôs, em junho de 2008, uma reforma na arquitetura de segurança europeia, buscando de certa forma amenizar as relações da Rússia com o Ocidente. Porém, pode-se dizer que o discurso de Putin no ano anterior causara um dano irreversível em assuntos relacionados à cooperação OCDE-Rússia.

Contudo, o que se observou foi que, assim como o restante das propostas realizadas pelo governante, elas não foram devidamente planejadas e, portanto, possuíam uma falta de clareza (KANET; PIET, 2014) que prejudicou a conquista de resultados práticos. Após a tentativa de reaproximação entre Moscou e Washington em seu governo, a administração de Barack Obama concluiu, por exemplo, que qualquer diferença entre Putin e Medvedev eram apenas estilísticas (HARDING, 2020).

Este fator se tornou ainda mais claro, devido ao fato de que, com poucos meses de governo, Medvedev anunciou Putin como Primeiro-Ministro da Federação Russa. Neste sentido, pode-se dizer que o presidente atuava apenas como uma figura do governo, enquanto Putin atuava como seu principal conselheiro e influenciava decisivamente a maneira como a política russa deveria ser conduzida.

¹³ A “era dourada” russa se deu ao longo dos dois primeiros mandatos de Putin (2000-2007) e foi marcada pelo rápido crescimento econômico do país, que superou a crise do rublo no ano de 1998, a partir do alto volume de exportação do petróleo, produto que a Rússia tem como maior destaque em sua pauta exportadora. O sucesso deste produto se deu graças ao grande número de reservas de petróleo que o país possui e a alta dos preços internacionais neste período (POPOVA, 2017).

Ainda assim, como marca de seu governo, além da assinatura do novo START¹⁴ com os Estados Unidos, observa-se também a vitória da Rússia na guerra contra a Geórgia, que se deu em agosto de 2008. A compreensão deste conflito é importante, a Geórgia é considerada como uma das principais zonas em que a Rússia desejava exercer influência e evidencia o comportamento que o governo russo adotara a partir do período em questão.

O conflito russo-georgiano possui suas origens no início dos anos 1990, quando a Rússia e a Geórgia eram ainda nações recém-independentes da URSS. Assim, uma guerra civil ocorreu dentro da Geórgia, localizada ao sul da Rússia na costa leste do Mar Negro, quando duas províncias - Ossétia do Sul, no leste da Geórgia, e Abkhazia, na costa noroeste - tentaram declarar suas próprias independências (GALEOTTI, 2018).

Mapa 3 - Região da Geórgia, destacando-se as províncias Ossétia do Sul e Abkhazia



Fonte: RFERL, 2010.

Posteriormente, um comando de cessar fogo foi alcançado em 1994, encerrando o conflito apenas temporariamente. Ambos os territórios, que eram independentes desde o fim da Revolução Russa, permaneceram como parte do território da Geórgia e buscavam sua autonomia novamente (GALEOTTI, 2018). Porém, como observado anteriormente, a expansão da OTAN e da União Europeia na região, incentivou uma aproximação gradual entre a Geórgia

¹⁴ O novo START foi um tratado bilateral entre a Rússia e os Estados Unidos que tratou da redução e limitação do uso de armas estratégicas ofensivas. O acordo original se deu em 1991, ainda com a URSS. Sob o Novo START, a Rússia e os EUA estão limitados a um número igual de ogivas estratégicas implantadas e armas que transportam, como mísseis balísticos intercontinentais. Para garantir a conformidade, são instauradas regras de contagem rígidas e requisitos de transparência para evitar desentendimentos entre os dois lados (EU, 2008).

e o Ocidente, fazendo com que a Rússia inevitavelmente perdesse parte de sua influência no território. O processo se intensificou ainda mais após a Revolução Rosa na Geórgia, que levou Mikheil Saakashvili ao poder, em 2004.

A relação entre Geórgia e Rússia, desde a eleição de Saakashvili, era marcada por uma desconfiança mútua, visto que Putin declarara abertamente sua insatisfação em relação aos eventos da Revolução Rosa – que favoreceu a entrada de Saakashvili no poder – e o presidente georgiano declarava interesse em entrar para a OTAN, fator que levaria o governo russo a perder definitivamente um aliado do espaço pós-soviético.

Porém, o estopim do conflito se deu no final de 2006, com a prisão de quatro oficiais do exército russo pelo governo da Geórgia, sob suspeita de espionagem. Este ato foi seguido de uma acusação, feita pelo governo georgiano, alegando que Putin apoiava a causa separatista na Ossétia do Sul, visando os próprios interesses (GALEOTTI, 2018).

Dessa forma, com base na lógica do governo russo em buscar mudar suas práticas e não o sistema em si, alinhado à ideia da democracia soberana (SAKWA, 2021), seguido do discurso de Putin em 2007, o país visualizou no conflito com a Geórgia uma oportunidade de intervenção que serviria como alerta para a OTAN de que a sua constante expansão poderia levar a um conflito de escala ainda maior.

Enfatizando ainda mais as mudanças na política externa que estariam por vir, em julho de 2008, um decreto presidencial foi assinado por Medvedev – com base na ideologia instaurada inicialmente por Putin – que deu origem ao novo Conceito de Política Externa da Federação Russa (KANET; PIET, 2014). As principais mudanças observadas neste novo conceito, incluíram o novo protagonismo internacional que o país desejava exercer e a assertividade do *status* da Rússia, como uma grande potência regional (RUSSIA, 2008).

Desta forma, no mês consecutivo à assinatura do novo Conceito, Sakaashvili autorizou uma ação militar na Ossétia do Sul para conter a ação dos separatistas locais. Esta ação trouxe ao governo russo uma oportunidade geoestratégica de demonstrar o seu preparo em defender seus interesses em sua própria esfera de influência (KANET; PIET, 2014).

Neste sentido, a intervenção militar russa foi vista pela comunidade internacional como uma tentativa de alteração de regime na Geórgia. Porém, o posicionamento e comportamentos que antecederam a Guerra Russo-Georgiana, oferecem evidências suficientes de que o governo utilizou o conflito como forma de demonstrar o seu interesse no antigo espaço soviético, e afirmar o seu status de grande potência na região da Eurásia.

Conclui-se com este evento, que se encerrou em agosto de 2008, que aproximadamente 850 pessoas foram mortas, e cerca de 35000 georgianos ficaram sem moradia (IIFFMCG,

2009). O conflito gerou um consequente distanciamento entre os dois países e a comunidade internacional pode verificar qual seria o rumo da política externa russa nos anos subsequentes.

A partir da conclusão do conflito, a Rússia foi vista como uma potência regional que estava disposta a intervir militarmente para defender o seu território, entendido de uma perspectiva ampliada. A administração de Obama decidiu restringir temporariamente a promoção da democracia para além do Ocidente, devido ao conflito russo-georgiano e à atuação americana no Iraque (KANET; PIET, 2014). Porém, o cenário doméstico russo era de descontentamento popular com as políticas instauradas pelo governo e observou-se um afastamento ainda maior entre Rússia e UE.

Um dos mais significativos impactos deste afastamento se deu principalmente pela instauração da Parceria Oriental (EaP)¹⁵, em 2009, que previa uma aproximação da UE com: Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Belarus, Moldova e Ucrânia. Como podia-se imaginar, a proposta desagradou fortemente a Rússia, que ainda considera estes países como pertencentes da política Eurasianista (KUMAR, 2016). Contudo, a resposta da Rússia a esta proposta, não foi imediata.

O país, por cerca de dois anos, não apresentou nenhuma outra mudança significativa no cenário interno, sob o governo de Medvedev, e manteve uma política externa contida. Até que, em setembro de 2011, o partido *United Russia*, anunciou de forma inesperada a proposta de transferir a posição de presidente para o então Primeiro Ministro Vladimir Putin. Em vista da grande rejeição popular, no período entre as eleições parlamentares e presidenciais, Medvedev instaurou no país uma série de reformas políticas, legais e eleitorais.

Neste período de 4 meses, o governo russo anunciou também a terminação de um acordo, criado em 1992, que autorizava a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) – sendo este um órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir ajuda externa de caráter civil –, já que, segundo o ministro das Relações Exteriores Sergei Lavrov (2012), alguns de seus fundos estariam sendo utilizados para influenciar processos políticos na Rússia, que eram incompatíveis com o princípio de não interferência nos assuntos internos dos Estados, como descrito na Carta da ONU.

¹⁵ A Parceria Oriental é um projeto que foi iniciado pela EU, apresentado inicialmente pelo ministro das Relações Exteriores da Polónia com a ajuda da Suécia no Conselho de Relações Exteriores da EU em Bruxelas, em 26 de maio 2008. A Parceria Oriental foi inaugurada oficialmente em Praga, em 7 de maio de 2009, e previa inicialmente, a aproximação econômica e política com países do Leste Europeu e Asiáticos, que não pertenciam à União Europeia (EEAS, 2009).

3.2.2. Terceiro mandato de Putin e a Crise Ucraniana de 2014

O terceiro mandato de Putin, iniciado em 2012, foi marcado por uma reafirmação russa das novas diretrizes de política externa. O sinal mais claro de como seria conduzida a política externa do país nos próximos anos, pode ser observado em um artigo do jornal russo, denominado *Russia and the changing world* (PUTIN, 2012).

Neste artigo, o presidente reafirmou o papel protagonista que desejava que seu país assumisse no cenário externo, e que a Rússia não poderia (e nem desejava) se isolar do restante do mundo, devendo ser respeitada pelos outros países no sistema internacional. Afirmou também que os objetivos da política externa são estratégicos e, portanto, refletem o papel único que o país assume no mundo globalizado (PUTIN, 2012).

No momento em que Putin assumia a presidência novamente, o momento era caracterizado por “um esforço amplamente bem-sucedido de abafamento de ondas de protestos” (BRITANNICA, 2015, n.p). Líderes de oposição estavam presos e ONGs que recebiam fundos do exterior eram consideradas “agentes estrangeiros”.

Sakwa (2020) acredita que, neste momento, surgia uma nova fase na política externa russa, a partir da implementação de uma postura neorrevisionista. O neorrevisionismo¹⁶ desafiava ainda mais a ordem internacional liberal, protagonizada pelos EUA, e resistia ao avanço da OTAN a partir da intensificação de projetos de integração na Eurásia.

Neste sentido, Putin divulgou o projeto de política externa, de criação da União Econômica Eurasiática. O Objetivo dessa União era o de desenvolver os acordos de intercâmbio comercial já existentes e de integrar todos os estados pós-soviéticos, de Belarus até o Tajiquistão, a partir da cooperação econômica e política (KANET; PIET, 2014).

Com base neste anúncio, a UE acreditava que Moscou estava apenas buscando uma maneira de criar uma organização alternativa na Europa e Ásia. Assim, pode-se concluir que o governo russo não estava interessado em um acordo com a União Europeia até que fosse considerado como um *player* global tão importante quanto a própria organização, fator este que explica os projetos próprios de integração à moda russa (KANET; PIET, 2014).

Assim, a tentativa de manter uma relativa relação amistosa com a UE, juntamente à rejeição da atuação da OTAN, deixava mais claro a posição que a Rússia desejava assumir.

¹⁶ O neorrevisionismo adotado pela Rússia pode ser interpretado como uma defesa do internacionalismo soberano e da autonomia do sistema internacional, como definido pelas conferências de Yalta e Potsdam, em 1945. Isso é acompanhado por uma rejeição das práticas disciplinares hegemônicas, lideradas pelos EUA, incluindo promoção da democracia, mudança de regime e intervenção humanitária." (SAKWA, 2021, p. 9)

Para Tsygankov (2012), a política externa do país consistia em promover um mundo multipolar, com uma governança internacional e por meio da cooperação com instituições ocidentais e não-ocidentais. Ademais, a percepção da Rússia como grande potência indica claramente que o país não desejava se juntar à OTAN, mas que estava aberto a ideia de cooperar com seus países membros (TSYGANKOV, 2012).

Neste sentido, Putin defendia um modelo de internacionalismo conservador (SAKWA, 2021), mapeando o sistema internacional em três unidades:

- No topo, instituições multilaterais de governança global, especialmente a ONU;
- No meio, Estados e ordens globais - como a ordem liberal internacional liderada pelos EUA – competindo, para impor sua hegemonia;
- Na base, grupos sociais e sociedades civis tentando moldar o panorama cultural das políticas.

No modelo defendido por Putin, as instituições multilaterais devem assumir uma ordem superior aos Estados, visando minimizar a hegemonia dos governos e o seu grau de influência. Ademais, a Rússia assume uma posição privilegiada no Conselho de Segurança da ONU. Desta forma, a decisão de expansão da OTAN teria de ser previamente discutida e aprovada.

Contudo, neste modelo, os Estados têm o direito de impor suas ideias, de forma que não seja unilateral, devido à superioridade das instituições. Por fim, a função dos grupos sociais e sociedades civis é de promover a agenda dos Estados a discutir temas e implementar políticas relacionados a desastres climáticos e ameaças nucleares. Por estar na base, atribui-se importância a estes temas, mas não existe uma obrigação por parte de uma organização superior ao Estado. Este modelo, pode evitar situações como nos governos pós-Guerra Fria, em que os Estados Unidos tinham maior manobra de impor tratados de não-proliferação e redução de tropas militares, devido à fragilidade econômica e políticas que a Rússia se encontrava entre os anos 1990-2000.

Com base no pensamento adotado pela Rússia para sua política externa, uma ação revisionista em uma região considerada como pertencente à área de interesse russo seria justificável, especialmente quando envolvia um ato considerado expansionista, que desrespeitava o princípio da não-intervenção em assuntos domésticos e de soberania nacional. Tendo essa lógica de atuação em mente, pode-se dizer que o envolvimento da Rússia na crise ucraniana, a partir de 2013, deriva dos princípios de ação que o governo Putin passou a preservar.

A origem deste evento, se deu pela própria situação da Ucrânia, interna e externamente. Desde os eventos da Revolução Laranja, que colocaram Yushchenko no poder, o país, que passaria por uma suposta onda de mudanças econômicas pró-ocidentais, acabou experimentando uma estagnação econômica (MIELNICZUK, 2014).

Isto ocorreu devido ao fato de que o país dependia fortemente da Rússia, especialmente no setor de energia. Porém, o descontentamento popular, juntamente à atuação de ONGs ocidentais, levou a população a protestar contra o então presidente Kuchma, que demonstrava apoio ao presidente Putin. Assim, com a eleição de Yushchenko, a Ucrânia perdeu apoio russo, e a UE criou planos para implementar no país um sistema econômico liberal e democrático, com a promessa de rápida prosperidade (MEARSHEIMER, 2014).

O que se observou, contudo, foi um auxílio insuficiente da União Europeia:

Novamente, frente à falta de assertividade da Europa em promover mudanças econômicas, o apoio da população ao pró-ocidentalismo do governo esmoreceu e a Ucrânia voltou a ter uma postura mais ponderada, com a eleição democrática de Yanukovich, mais próximo da Rússia (KUZIO, 2010 apud MIELNICZUK, 2014, p.5).

Com o retorno de Yanukovich ao poder, a estratégia utilizada foi a de barganha com países ocidentais e com a Rússia. Porém, uma combinação de fatores, como a instabilidade interna à Ucrânia e a dificuldade de implementação de um sistema liberal, desde a sua independência, gerava descontentamento popular cada vez maior. Até que o estopim se deu a partir do momento em que Yanukovich, em 2013, rejeitou um tratado econômico com a UE e aceitou uma contraproposta da Rússia¹⁷. Essa decisão gerou uma revolta popular antigovernamental, na praça Maidan, em Kiev, que causou a morte de diversos manifestantes (MEARSHEIMER, 2014).

A pressão russa sobre o governo ucraniano foi muito significativa, pois uma aproximação UE-Ucrânia significaria a perda de um dos mais importantes aliados russos e, ademais, daria espaço para um expansionismo ainda mais intenso da OTAN nas proximidades do território russo.

Uma outra característica relevante do ocorrido foi a presença de grupos ucranianos nacionalistas que participaram e radicalizaram as manifestações. Tendo isso em mente, a atuação da UE em estimular a população a realizar as manifestações - após o fracasso do acordo de livre-comércio entre o país e a União - não só violou o princípio de não intervenção em assuntos internos ao país, mas também explicitou a irresponsabilidade da organização em não

¹⁷ A Rússia ofereceu uma redução nos preços de gás natural comprado pela Ucrânia, e a compra de \$15 bilhões em títulos ucranianos, para favorecer a economia do país (MIELNICZUK, 2014).

se atentar a forte presença de grupos extremistas nacionalistas, que representam aproximadamente, 10% da população (MIELNICZUK, 2014).

Ademais, observou-se “laços dos nacionalistas ucranianos com grupos paramilitares que lutaram na Chechênia contra os russos e a confirmação de que muitos ‘manifestantes’ são paramilitares treinados” (MIELNICZUK, 2014, p. 7). Desta forma, a ação irresponsável e intervencionista da UE em assuntos internos à Ucrânia, juntamente à atuação de membros nacionalistas que ameaçaram a segurança da população russa, justificou a anexação da Crimeia, na visão do Kremlin.

Com a rápida intensificação dos protestos em fevereiro de 2014, o presidente Yanukovich fugiu do país, o que gerou uma instabilidade ainda maior na Ucrânia. No mês seguinte à derrubada do então presidente, um referendo foi realizado na região da Criméia e cerca de 90% da população local votou pela incorporação de seu território à Rússia.

Mapa 4 - Território geográfico da Criméia



Fonte: RUSSIA BRIEFING, 2019

A península, localizada ao sul da Ucrânia e oeste da Rússia, apresenta grande parte da população que tem russo como língua nativa e são mais próximos etnicamente da Rússia do que da Ucrânia. Neste sentido, no mesmo mês, tropas russas assumiram o controle da região da Criméia, fator que incentivou ainda mais conflitos. Juntamente à ação, o presidente Putin expressou a necessidade de proteger os direitos de cidadãos russos na península e no sudeste ucraniano (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2021).

A ocupação por parte do exército russo não enfrentou muitas dificuldades. Posteriormente, Putin colocou forte pressão no novo governo de Kiev, além de fornecer armamentos e apoio diplomático a separatistas russos no leste ucraniano. Além disso, aumentou

o preço do gás natural que exportava para a Ucrânia e colocou um exército na fronteira entre os dois países (MEARSHEIMER, 2014).

Ademais, a crise intensificou a divisão étnica na região e, dois meses depois, separatistas pró-Rússia em Donetsk e Luhansk – ao leste da Ucrânia – realizaram um referendo declarando independência da Ucrânia. Contudo, os conflitos armados entre separatistas e o exército ucraniano geraram cerca de 10.300 mortes e deixaram cerca de 24.000 feridos desde abril de 2014 (GLOBAL CONFLICT TRACKER, 2021).

Com relação ao conflito, “europeus e norte-americanos acusam os russos de serem incoerentes, de defenderem o princípio da não-intervenção em outros casos e de o desrespeitarem no caso da Ucrânia” (MIELNICZUK, 2014, p. 8). Essa acusação é apoiada por Trenin (2019), que afirma que o legado de política externa de Vladimir Putin pode ser entendido como um processo complexo e contraditório que mudou em mais de uma ocasião ao longo de sua formação.

Neste sentido, é possível argumentar que as ações da Rússia são altamente imprevisíveis e a sua política externa está aberta a diversas interpretações. Com base no que foi apresentado neste capítulo, nota-se que a combinação dos vários fatores observados, principalmente relacionados à lógica expansionista da OTAN e de políticas e valores ocidentais, que a Rússia – e em especial Putin – moldou sua política externa ao longo dos anos em resposta às ações da Organização, dos Estados Unidos e da UE.

Na visão de Mearsheimer (2014), nenhum líder russo toleraria uma aliança militar rival expandida para a Ucrânia. Para ele, grandes potências são sempre sensíveis a potenciais ameaças próximas a seu território. Apesar da tentativa de aproximação entre Rússia-OTAN em diversos momentos, fica claro que as suas motivações e objetivos são incompatíveis. Ou seja, as divergências estruturais entre eles impedem qualquer tipo de parceria profunda.

Tanto o Ocidente quanto a Federação Russa e países que pertenciam a ex-URSS, possuem um passado político e cultural único, fazendo com que a rivalidade entre os dois lados seja inerente a suas características particulares. Assim, se torna evidente que existe uma grande disparidade entre as políticas e a mentalidade dos dois lados (SAKWA, 2021).

Do lado da Rússia, existe um impulso revisionista no sentido de recolocar o país em um Sistema Internacional dominado por grandes potências, visto que a partir de 1989, o SI ficou baseado no universalismo hegemônico, que repudiava instrumentos de imposição de poder. Ao mesmo tempo, a Federação Russa permanece como uma potência de *status quo* e que promove uma noção de “internacionalismo soberano” (SAKWA, 2021). Pelo lado dos Estados Unidos,

existe o desejo de propagação de suas ideias e do comércio, visando garantir a sua influência em toda a Europa, fazendo com que a ordem liberal se torne a própria ordem multilateral.

Sendo assim, Sakwa (2021) afirma que a Rússia defende o Sistema Internacional como é – sem influência ocidental - mas ao mesmo tempo, tem uma visão de como ele deve ser. Por isso, realiza atos revisionistas, como a anexação da Criméia e a intervenção na Geórgia. Com base nestes comportamentos ocasionalmente revisionistas, pode-se afirmar que a maioria dos atos e políticas russos, estão relacionados à defesa do espaço no qual a Rússia está inserida e à de seus interesses próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conceitos trabalhados ao longo do trabalho, juntamente aos acontecimentos históricos apresentados desde o final da Guerra Fria e dissolução do bloco soviético, pode-se concluir que as ações tomadas pela Rússia em sua política externa, foram influenciadas em grande parte pela expansão da OTAN na região da Eurásia, especialmente no governo de Vladimir Putin. Neste sentido, pode-se dizer que a expansão do liberalismo ocidental causa uma alteração no equilíbrio de poder previamente estabelecido na região da Eurásia.

Devido à priorização da segurança do Estado como um dos principais objetivos adotados pelo governo russo na formulação de sua política externa, o avanço da organização em territórios próximos às fronteiras da Federação Russa, indicava na visão dos líderes russos uma iminente ameaça, visto o poderio militar da OTAN. Como resposta ao expansionismo, a Rússia realizou uma intervenção na região da Geórgia, em 2008, e anexou o território da Criméia, que pertencia à Ucrânia, em 2014.

Adotando-se uma perspectiva do realismo estrutural para analisar as ações revisionistas da Rússia no período de estudo, pode-se chegar à conclusão de que, com base nos fatos apresentados ao longo da monografia, os discursos da Rússia basearam-se sempre na defesa nacional de seu território contra os avanços da OTAN, assim como estabelecido na vertente do realismo defensivo.

Como pontuado por Lobell (2017) – referente ao realismo defensivo - o ambiente anárquico em que os Estados estão inseridos, gera incentivos para expansão apenas em momentos específicos, especialmente quando se depara com uma ameaça à sua segurança. Mearsheimer (2014), pontua que as ações da Rússia são justificáveis, já que a região da Ucrânia é uma zona de influência importante para o governo russo. Afirma também, que grandes potências são sempre sensíveis a potenciais ameaças próximas a seu território.

Assim como explicitado por Kanet e Piet (2014), o governo russo desde a auto liquidação da URSS, expressava de forma clara a sua insatisfação com a administração de Clinton, no que tratava ao avanço da OTAN para territórios russos. Contudo, o país não realizou nenhum ato revisionista em resposta às ondas de expansionismo da organização, até o ano de 2007, em que a Federação Russa se sentiu de fato ameaçada.

Tal fato demonstra que, o objetivo do país em sua política externa, especialmente a partir da entrada de Primakov no cargo de ministro na Federação Russa, foi preservar o seu status-quo e sua segurança, e praticar um internacionalismo conservador, buscando parcerias com países vizinhos e que se faziam parte da região da Eurásia.

Conclui-se também, que apesar das tentativas de aproximação entre a Rússia e os Estados Unidos, a partir do governo de Gorbachev - além da busca pela implementação de um modelo econômico ocidental na Federação Russa - torna-se claro que desde o princípio, existia uma incompatibilidade política e econômica entre os países. A tentativa de cooperação se expandiu até os eventos do 11 de Setembro, em que pela primeira vez os EUA e a Rússia cooperaram em busca de um objetivo comum, sendo este o de combate ao terrorismo.

Uma parceria estratégica com um país rival, iria contra a própria base teórica do realismo ofensivo, visto que um Estado deve maximizar o seu poder e se tornar uma potência unipolar. Assim, torna-se ainda mais claro que em vista às ações tomadas pelo Ocidente, a parceria estratégica foi realizada visando garantir a sobrevivência do Estado.

Por fim, em vista aos eventos recentes do conflito entre Rússia e Ucrânia no ano de 2022, se torna necessário uma análise mais estendida para entender o conflito por completo. Contudo, o trabalho fornece uma base sólida para analisar este, e outros possíveis eventos futuros envolvendo a atuação da Rússia no ambiente externo ao seu território, assim como as motivações da política externa russa contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTUNÇ; Deniz. **The International Systems: Unipolarity, Bipolarity and Multipolarity.** 2022. Disponível em: <https://www.byarcadia.org/post/the-international-systems-unipolarity-bipolarity-and-multipolarity>. Acesso em: 08. Out. 2022.

ALEXSEEV, Mikhail. Backing the USSR 2.0: Russia's Ethnic Minorities and Expansionist Ethnic Russian Nationalism. **The New Russian Nationalism: Imperialism, Ethnicity and Authoritarianism 2000–2015.** p. 160–191. 2016. Disponível em: www.jstor.org/stable/10.3366/j.ctt1bh2kk5.13. Acesso em: 30 mar. 2021.

ARBATOV, Alexei. **The Transformation of Russian Military Doctrine: Lessons Learned from Kosovo and Chechnya.** 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235182443_The_Transformation_of_Russian_Military_Doctrine_Lessons_Learned_from_Kosovo_and_Chechnya. Acesso em: 06 abr. 2021.

ARMS CONTROL ASSOCIATION. Página Inicial. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/>. Acesso em: 21 out. 2022.

BAKER, Peter; GLASSER, Susan. **Kremlin Rising: Vladimir Putin's Russia and the End of Revolution.** 2007.

BAIRD, Ian. Irredentism. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism.** 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/9781118663202.wberen497>. Acesso em: 02 set. 2022.

BBC. **Chechnya profile.** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-18188085>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BLANK, Stephen. **The NATO-Russia partnership: a marriage of convenience or a troubled relationship.** 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265108044_The_NATO-Russia_partnership_A_marriage_of_convenience_or_a_troubled_relationship. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRANDS, Hans. If NATO Expansion Was a Mistake, Why Hasn't Putin Invaded? **Bloomberg**. 2019. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-05-14/nato-expansion-if-it-was-a-mistake-why-hasn-t-putin-invaded>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRITANNICA, T. Editors of Encyclopaedia. Página Inicial. Disponível em: <https://www.britannica.com/>. Acesso em: 09 out. 2022.

BUENO, Guilherme. **Realpolitik**. 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/realpolitik/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BUZAN, Barry. New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. **International Affairs**, Vol. 67, No. 3, p. 431-451. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2621945>. Acesso em: 19 out. 2022.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/39047709/Buzan_Waever_and_De_Wilde_1998_Security_A_New_Framework_For_Analysis. Acesso em: 08 out. 2022.

CIRAD. **Trends related to HE internationalization in the Eurasian region**. 2017. Disponível em: <https://www.cirad-fiuc.org/en/trends-related-to-he-internationalization-in-the-eurasian-region/>. Acesso em: 02 set. 2022.

DALEY, Suzanne. AFTER THE ATTACKS: THE ALLIANCE; Russia Condemns Attack on U.S. And Vows to Aid NATO Actions. **The New York Times**, Seção A, p. 17. 2001. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2001/09/14/us/after-attacks-alliance-russia-condemns-attack-us-vows-aid-nato-actions.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

DESERET NEWS. **Primakov's selection good news**. 1998. Disponível em: <https://www.deseret.com/1998/9/11/19400884/primakov-s-selection-good-news>. Acesso em: 09 out. 2021.

DICKINSON, Peter. How Ukraine's Orange Revolution shaped twenty-first century geopolitics. **Atlantic Council**. 2020. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/how-ukraines-orange-revolution-shaped-twenty-first-century-geopolitics/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FISHER, Sarah. Sovereign democracy: Russia's response to the color revolutions. **University of Louisville**. 2014. Disponível em: <https://ir.library.louisville.edu/honors/90/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GALEOTTI, Mark. **Russia's Five-Day War: The Invasion of Georgia, August 2008**. 2018.

GLOBAL CONFLICT TRACKER. **Conflict in Ukraine**. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/conflict-ukraine>. Acesso em: 09 ago. 2022.

HARDING, Luke. Dmitry Medvedev: the rise and fall of the Robin to Putin's Batman. **The Guardian**. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/jan/15/dmitry-medvedev-the-rise-and-fall-of-the-robin-to-putins-batman>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HILL, Ian. Russia-China: An Unholy Alliance? **Lowy Institute**. 2021. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/russia-china-unholy-alliance>. Acesso em: 21 out. 2022.

IIFMCG. **Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia**. 2009. Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/HUDOC_38263_08_Annexes_ENG.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

JACKSON-PREECE, Jennifer. Security in International Relations. **University of London**. 2011. Disponível em: <https://www.london.ac.uk/sites/default/files/uploads/ir3140-security-international-relations-study-guide.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

JULIUS, Anthony. Dreams of empire strike back. **The Guardian**, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/jan/23/russia-alqaida-putin-bin-laden>. Acesso em: 4 nov. 2020.

KANET, Roger; PIET, Rémi. Shifting Priorities in Russia's Foreign and Security Policy. **Global Interdisciplinary Studies Series**. CIDADE: Editora, 2014. Acesso em: 12 ago. 2020.

KRATOCHVÍL, Petr. Multipolarity: American Theory and Russian Practice. **Institute of International Relations**. Prague. 2002. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/31431/2002-00-Multipolarity.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

KREMLIN. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/copy/24034>. Acesso em: 19 set. 2020.

KIPP, Jacob. Russia's War in Chechnya. **The Brown Journal of World Affairs**, Vol. 8, No. 1, p. 47-62. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24590174>. Acesso em: 19 out. 2022.

KUBICEK, Paul. The Commonwealth of Independent States: An Example of Failed Regionalism? **Review of International Studies**, v. 35, p. 237-256. 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20542785>. Acesso em: 29 out. 2022.

KUMAR, Rajan. Russia's Foreign Policy: An Overview of 25 Years of Transition. **International Studies**, 53(3-4), p. 210-226. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325573928_Russia%27s_Foreign_Policy_An_Overview_of_25_Years_of_Transition. Acesso em: 05 nov. 2020.

LARUELLE, Marlene. Russian Eurasianism: An Ideology of Empire. **Johns Hopkins University Press**. 2021.

LOBELL, Steven. Structural Realism/Offensive and Defensive Realism. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-304>. Acesso em: 28 out. 2022.

MATOS, Dídimo. O neo-eurasianismo e o redespertar russo. **Revista de geopolítica**, v. 3, nº 2, p. 71 – 79. 2012. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/51/49>. Acesso em: 28 out. 2022.

MEARSHEIMER, John. The Tragedy of Great Power Politics. **New York: W.W.** 2014.

MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**. p. 77–89. 2014. Disponível em: www.jstor.org/stable/24483306. Acesso em: 14 out. 2020.

MFA: Ministry of Foreign Affairs of Armenia. **Commonwealth of Independent States**. Disponível em: <https://www.mfa.am/en/international-organisations/2>. Acesso em: 15 out. 2022.

MIELNICZUK, Fabiano. A Crise Ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Revista Conjuntura Austral**, Vol. 5, nº. 23, 2014, p. 4-19. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849/29136>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MIHOLJCIC, Nina. **The Role of Irredentism in Russia's Foreign Policy**. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339749866_The_Role_of_Irredentism_in_Russia's_Foreign_Policy. Acesso em: 07 nov. 2020.

MIRHAN, Lejeune. **O significado da Organização de Cooperação de Xangai no mundo atual**. 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/01/29/o-significado-da-organizacao-de-cooperacao-de-xangai-no-mundo-atual/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MITCHELL, Lincoln. Russia and Putin in 2012. **Academic Commons**. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7916/D83R1322>. Acesso em: 07 nov. 2022.

NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. Federação Russa e OTAN: uma análise das políticas de Moscou em relação à aliança ocidental. 2008. 153 f. **Tese** (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96019/nascimento_fal_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 nov. 2020

NATO. **An Alliance for the 21st Century**: Washington Summit Communiqué issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington, D.C. on 24th April 1999. 1999. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27440.htm. Acesso em: 4 nov. 2020.

NATO. **The Alliance's New Strategic Concept (1991)** agreed by the Heads of State and Government participating in the Meeting of the North Atlantic Council. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

NEMO, Philippe. What is the West? **Duquesne University Press**, 2006. Project MUSE.

OLIKER, Olga; CRANE, Keith; SCHWARTZ, Lowell; YUSUPOV, Catherine. Russian Foreign Policy: Sources and Implications, 83-138. **Russian Foreign Policy**. 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7249/mg768af.11>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OLCOTT, Martha. Vladimir Putin and the Geopolitics of Oil. **James A. Baker III Institute for Public Policy**. 2004. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/wp-2005-01_olcott_english1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

PAIN, Emil. The imperial syndrome and its influence on Russian nationalism. **The New Russian Nationalism: Imperialism, Ethnicity and Authoritarianism 2000–2015**, p. 46-74, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.3366/j.ctt1bh2kk5>. Acesso em: 30 mar. 2021.

POPOVA, Maria. Putin-Style “Rule of Law” & the Prospects for Change. *Daedalus. Journal of the American Academy of Arts & Sciences*. **Russia Beyond Putin**, Vol. 146, Number 2. 2017. Disponível em: <https://www.amacad.org/publication/putin-style-rule-law-prospects-change>. Acesso em: 16 nov. 2020.

RUSSIA BRIEFING. **Belt and Road Crimea**. 2019. Disponível em: <https://www.russia-briefing.com/news/belt-road-crimea.html/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

QUADROS, Marcos; MACHADO, Lauren. A Rússia e o Exterior Próximo: Potencialidades e Entraves para um Projeto de Grande Potência. **BJIR**, Marília, v. 4, n. 3, p. 582-607. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2015.v4n3.07.p582>.

PEREIRA, Roberta Dohani; ALENCAR, Dimas Meio. A criação da Otan e sua permanência no período pós-Guerra Fria. **Fronteira**, Vol. 3, n. 5. 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068#:~:text=Em%201991%20C%20com%20o%20fim,como%20uma%20alian%C3%A7a%20de%20Estados>. Acesso em: 4 nov. 2020.

PUTIN, Vladimir. **Russia and the changing world**. 2012. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/612>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PERSON, Robert. Balance of threat: The Domestic Insecurity of Vladimir Putin. **Journal of Eurasian Studies**. 2017. Acesso em: 14 out. 2020.

REZVANI, Babak. Russian foreign policy and geopolitics in the Post-Soviet space and the Middle East: Tajikistan, Georgia, Ukraine and Syria. **Middle Eastern Studies**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00263206.2020.1775590>. Acesso em: 05 nov. 2020

RUMER, Eugene; SOKOLSKY, Richard. Russia's National Security Narrative: All Quiet on the Eastern Front. **The Return of Global Russia**. 2022. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/Rumer_Sokolsky_Russia_NatSec_1.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

SAKWA, Richard. Greater Russia: Is Moscow out to subvert the West? **International Politics** **58**, p. 334-362. 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-020-00258-0#citeas>. Acesso em: 07 out. 2020.

SCHULZE, Peter. Multipolarity and Multilateralism: cooperative or rival cornerstones of a New World Order. **Bulletin of Udmurt University**. Vol. 6, iss. 3. p. 369–374. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35634/2587-9030-2022-6-3-369-374>. Acesso em: 17 out. 2022.

SCOTT, James. Multilateralism. **Encyclopaedia Britannica**. 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/multilateralism>. Acesso em: 07 out. 2020.

SHANKER, Thom; LANDLER, Mark. Putin Says U.S. Is Undermining Global Stability. **New York Times**. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/02/11/world/europe/11munich.html>. Acesso em: 23 set. 2022.

SHIFRINSON, J.R. NATO enlargement and US foreign policy: the origins, durability, and impact of an idea. 2020. **Int Polit** **57**, 342–370. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41311-020-00224-w>. Acesso em: 29/mar. 2021.

SILVIUS, Ray. The Russian State, Eurasianism, and Civilisations in the Contemporary Global Political Economy. 2014. **Journal of Global Faultlines**, Vol. 2, No. 1, 44-69. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/jglobfaul.2.1.0044>. Acesso em: 29 out. 2022.

SIMONS, Greg. Putin's International Political Image. **Journal Of Political Marketing**. p. 307-329. 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15377857.2019.1678904?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 07 out. 2020.

SIMONS, Greg. Stability and Change in Putin's Political Image during the 2000 and 2012 Presidential Elections: Putin 1.0 and Putin 2.0?. 2016. **Journal of Political Marketing**. Disponível em: 10.1080/15377857.2016.1151114. Acesso em: 07 out. 2020.

SMELTZ, Dina; GONCHAROV, Stepan; WOJTOWICZ, Lily. *US and Russia: Insecurity and Mistrust Shape Mutual Perceptions*. Chicago: **Chicago Council on Global Affairs**. 2016. Disponível em: https://www.thechicagocouncil.org/sites/default/files/us_and_russia_survey_november2016.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

SMITH, Julianne. The NATO-Russia Relationship: Defining Moment or Déjà Vu? **Center For Strategic & International Studies**. 2008. Disponível em: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/081110_smith_natorussia_web.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

SMITH, Martin. **Russia and NATO since 1991: From Cold War through Cold Peace to Partnership?** New York: Routledge. 2006. Acesso em: 09 nov. 2020.

SOLUIANOV, V.S. **The concept of multipolarity: Diversity of approaches and interpretations**. RUDN Journal of Political Science, 23(3), p. 424-445. (Em Russo). 2021. Disponível em: 10.22363/2313-1438-2021-23-3-424-445. Acesso em: 03 nov. 2022.

STRONSKI, Paul; SOKOLSKY, Richard. **Multipolarity in Practice: Understanding Russia's Engagement With Regional Institutions.** 2020. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/Stronski_Sokolsky_Multipolarity_final.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

SYLVEST, Judy. Glasnost: The Pandora's box of Gorbachev's reforms. **University of Montana.** 1999. Disponível em: <https://scholarworks.umt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3477&context=etd>. Acesso em: 19 ago. 2022.

TAYFUR, Fatih. Main Approaches to the Study of Foreign Policy: A Review. **METU Studies in Development,** Vol. 21, no.1, p. 113-138. 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3565638/mod_resource/content/1/Main%20approaches%20to%20the%20study%20of%20foreign%20policy_Tayfur.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

THALIS, Alexander. Threat or Threatened? Russian Foreign Policy in the Era of NATO Expansion. **Australian Institute of International Affairs.** 2018. Disponível em: http://www.internationalaffairs.org.au/threat-or-threatened-russian-foreign-policy-in-the-era-of-nato-expansion/#_ftnref44. Acesso em: 04 out. 2020.

TRENIN, Dmitry. What Kind of Russia Should the West Fear?. **Russia Direct.** 2017. Disponível em: <https://carnegie.ru/2017/01/11/what-kind-of-russia-should-west-fear-pub-67658>. Acesso em: 29 mar. 2021.

TRENIN, Dmitry. 20 Years of Vladimir Putin: How Russian Foreign Policy Has Changed. **The Moscow Times.** Moscou. 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2019/08/27/20-years-of-vladimir-putin-how-russian-foreign-policy-has-changed-a67043>. Acesso em: 30 set. 2020.

TSYGANKOV, Andrei. **Russia and the West from Alexander to Putin: Honor in International Relations.** 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139179072>. Acesso em: 30 set. 2020.

WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, vol. 35, no. 2, pp. 211–39. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600471>. Acesso em: 04 out. 2022.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. 1979.

WILSON, Ernest. Hard Power, Soft Power, Smart Power. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 616(1), 110–124. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716207312618>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WIVEL, Anders. Realism in Foreign Policy Analysis. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-475>. Acesso em: 28 out. 2022.

ZHEBIT, Alexander. Sobre a história da política externa da Rússia: o “paradigma” de Primakov. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 421-445. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/xjRymBBHLbmKdfVbjB7sSjg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2020.